PROVIDÊNCIA

Companhia Providência Indústria e Comércio

CNPJ nº 76.500.180/0001-32 - Companhia Aberta

PRVI3 NOVO MERCADO BOVESPA BRASIL

f.lopes

Relatório da Administração

Em atenção às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de nossos acionistas, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Sociedade, e as respectivas notas explicativas, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e da recomendação do Comitê de Auditoria.

Nossos resultados consolidados incluem os resultados da Companhia Providência Indústria e Comércio e de suas controladas abaixo relacionadas:

• Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., situada em Pouso Alegre (MG), e adquirida em 16 de agosto de 2007; e,

• Providência USA Inc., situada em Statesville (NC), EUA, e constituída em 8 de agosto de 2008.

As informações financeiras apresentadas neste relatório foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis internacionais conforme o *International Financial Reporting Standards (IFRS)* e com as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aplicáveis às suas operações.

Os destaques de 2012 foram:

• Atingimos o volume vendido de 98,7 mil toneladas no ano, um aumento de 12,5% em relação ao ano anterior, em virtude da entrada em operação, em junho de 2012, de nossa segunda planta em Pouso Alegre (MG);

• Em 2012, nossa receita líquida totalizou R$ 608,6 milhões, 15,6% superior à receita líquida em 2011, devido ao aumento do volume de vendas e ao realinhamento de preços;

• Em novembro, a Companhia pagou dividendos antecipados, no montante de R$ 19,3 milhões, correspondentes a 100% do lucro líquido ajustado do primeiro semestre de 2012;

• A Administração está propondo em suas Demonstrações Financeiras, para ser deliberado em AGO, o pagamento de dividendo excedente ao mínimo obrigatório, o que elevará a distribuição a **100% da base de cálculo dos dividendos ajustada do ano, totalizando o montante de R$ 53,1 milhões referente ao exercício de 2012.** Essa base de cálculo corresponde ao lucro líquido do exercício de 2012, R$ 45,1 milhões, menos os 5% da reserva legal, R$ 2,2 milhões, e somados à realização do custo atribuído, de R$ 10,2 milhões;

• A inauguração, em junho, da segunda linha de produção em Pouso Alegre (MG), que adicionou 20 mil toneladas de capacidade anual à Companhia, totalizando 120 mil toneladas ao final de 2012; e

• A evolução, dentro do cronograma previsto, do projeto de expansão de construção da segunda linha de produção nos Estados Unidos que entrará em operação ao longo do 1º trimestre de 2013, com capacidade total de **20 mil toneladas por ano.**

PERFIL DA COMPANHIA

A Companhia Providência é líder na fabricação e comercialização de nãotecidos, onde estima que sua participação, em volume, seja de 51% no Brasil, e de 32% na América Latina. Possui também forte atuação nos Estados Unidos e presença global.

A produção no mercado brasileiro atende aos segmentos de nãotecidos para artigos duráveis, descartáveis higiênicos e descartáveis médicos de alta performance, sendo esses dois últimos também exportados para os Estados Unidos, países da América Latina, Europa e Ásia.

A Companhia possui nove linhas de produção em São José dos Pinhais (PR), onde também é centralizada a Administração; duas linhas de produção em Pouso Alegre (MG); e uma linha de produção em Statesville, na Carolina do Norte, EUA. Além dessas, há mais uma linha de produção em construção em Statesville, na Carolina do Norte, EUA.

DESEMPENHO DO EXERCÍCIO

A receita bruta da Companhia atingiu R$ 702,6 milhões em 2012, um acréscimo de 13,9% sobre o exercício anterior, principalmente em função do aumento de 12,5% no volume de vendas no mesmo período, além do realinhamento de preços.

Os custos com produtos vendidos (CPV) totalizaram R$ 423,1 milhões, 15,8% acima dos R$ 365,2 milhões de 2011. Esta alta está ligada, principalmente, ao maior volume de vendas em 2012, uma vez que, quando calculamos o CPV unitário, observamos que houve incremento de apenas 3,3% em relação ao ano de 2011.

O lucro bruto alcançou R$ 185,6 milhões em 2012, 15,0% superior a 2011.

As despesas com vendas reduziram em 13,8%, totalizando R$ 34,6 milhões em 2012, principalmente devido ao crescimento do volume de vendas pela planta dos EUA e ao consequente atendimento de mercados mais próximos pelas plantas no Brasil. As despesas administrativas recuaram 6,8%, em função do Gerenciamento Matricial de Despesas - GMD - projeto implementado visando à maior eficiência na gestão das despesas, e também aos gastos não recorrentes, referentes a planejamento estratégico e tributário registrados nos períodos comparativos.

As despesas financeiras líquidas somaram R$ 20,4 milhões em 2012, 45,3% a mais que no ano anterior, devido principalmente à valorização do Real que impactou nossos ativos e passivos em Dólar.

Encerramos o exercício de 2012 com um EBITDA ajustado de R$ 127,0 milhões, 24,4% superior ao ano anterior.

O lucro líquido da Companhia totalizou R$ 45,1 milhões, um aumento de 53,0% na comparação com os R$ 29,5 milhões apresentados em 2011.

CAIXA E DÍVIDA

Ao final de 2012, o endividamento total da Companhia era de R$ 112,4 milhões em exigível de curto prazo e de R$ 423,3 milhões em exigível de longo prazo, composto principalmente por financiamentos à planta dos EUA e à nova planta em Pouso Alegre (MG), além dos instrumentos: Pré-pagamentos à exportação e EXIM-BNDES. A empresa possui R$ 84,1 milhões em caixa, representados substancialmente por títulos de renda fixa com liquidez imediata, atrelados à variação do CDI, representando uma dívida líquida de R$ 451,6 milhões, o que reflete um aumento de R$ 110,8 milhões em relação ao final de 2011, quando apresentávamos uma dívida líquida de R$ 340,8 milhões. Este aumento se deve principalmente a captações no Programa BNDES-Exim Pré-Embarque e a financiamentos dos novos projetos no Brasil e nos EUA.

PERSPECTIVAS

• A expectativa para o ano de 2013 é o aumento no volume de vendas, com a entrada em operação no 1º trimestre da segunda linha de produção em Statesville (NC), além de atingirmos a máxima capacidade na segunda planta de Pouso Alegre (MG), inaugurada em junho de 2012;

• O projeto de Statesville está dentro do cronograma previsto, e adicionará 20 mil toneladas à nossa atual capacidade instalada, ou seja, 17% de aumento.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da Providência tiveram valorização de 44,4% ao longo de 2012, e encerraram o exercício cotadas a R$ 8,95/ação, enquanto o índice Bovespa no mesmo período valorizou apenas 7,4%. O volume financeiro negociado foi 38,9% maior que no exercício de 2011.

Como ferramentas de comunicação com investidores, acionistas e mercado como um todo, a Companhia Providência utiliza seu site de RI, além de assessoria de imprensa especializada para auxiliar no atendimento ao mercado financeiro e de capitais, e ainda seu perfil no Twitter de RI - Relação com Investidores. A ferramenta tem o objetivo de atualizar os investidores sobre as últimas novidades da Companhia, tais como os resultados financeiros, eventos, novos produtos e ações de governança corporativa. Para acompanhar a Providência/RI no Twitter, basta procurar por www.twitter.com/providencia_ri.

INSTRUÇÃO CVM Nº 381

Em atendimento ao Ofício/CVM/SEP/GEA-2/N.° 305/05 e à Instrução CVM n.º 381 de 14 de janeiro de 2003 (ratificada pelo Ofício Circular/CVM/SEP/SNC/N°02/2005 de 20 de março de 2005) informamos ao mercado que não tivemos serviços contratados pela Companhia e realizados pela empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Auditor") durante o exercício de 2012, exceto os serviços de auditoria.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ARBITRAGEM

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Novo Mercado, conforme cláusula compromissória no artigo 38 do seu estatuto social.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer aos nossos clientes pela confiança depositada na Companhia Providência e em seus produtos; aos nossos acionistas por acreditarem no potencial de crescimento e estratégia da Companhia; aos nossos fornecedores e aos nossos colaboradores pelo seu comprometimento e excelência, indispensáveis ao nosso sucesso. É no seu compromisso com a ética, com o trabalho e com a manutenção de elevados padrões de qualidade e eficiência que está alicerçado o sucesso (passado, presente e futuro) da nossa Companhia.

A Administração

Balanço Patrimonial levantado em 31 de Dezembro de 2012

Em milhares de reais

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	76.006	70.394	221.868	84.145	81.176	249.140
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	10.708	3.006	489	10.708	3.006	489
Contas a receber (Nota 8)	106.361	133.245	108.793	144.059	160.877	124.716
Estoques (Nota 9)	31.763	38.773	31.721	52.329	50.151	36.884
Tributos a recuperar (Nota 10)	33.457	30.697	24.440	43.181	42.138	26.776
Partes relacionadas (Nota 27)	17.604	9.486				
Outros direitos realizáveis	6.735	6.747	9.542	12.451	18.333	11.024
	282.634	292.348	396.853	346.873	355.681	449.029
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Contas a receber (Nota 8)	1.859	2.177	1.762	4.196	4.526	4.675
Tributos a recuperar (Nota 10)	19.855	26.690	52.622	20.628	27.463	53.395
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11)	44.302	62.870	74.386	48.529	66.936	74.386
Depósitos judiciais (Nota 18)	22	39	75	56	44	87
Depósitos e empréstimos compulsórios	30	29	29	30	29	29
Outros direitos realizáveis	127	127	127	127	127	127
Investimentos (Nota 12)	129.649	120.234	109.342			
Intangível (Nota 13)	8.478	10.217	11.362	42.683	44.632	44.501
Imobilizado (Nota 14)	417.507	427.870	441.621	837.048	680.705	618.337
	621.829	650.253	691.326	953.297	824.462	795.537
Total do ativo	904.463	942.601	1.088.179	1.300.170	1.180.143	1.244.566

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Fornecedores (Nota 15)	21.586	20.900	24.441	43.390	35.255	27.299
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)		4.916	4.030		4.916	4.030
Empréstimos (Nota 16)	76.440	44.430	242.076	112.361	73.572	262.207
Encargos sociais e provisões trabalhistas	7.229	6.816	5.273	8.814	8.618	6.557
Impostos, taxas e contribuições a pagar (Nota 17)	1.882	1.391	1.347	4.460	1.711	2.162
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (Nota 18)	225	379	495	427	456	717
Dividendos a pagar	9	6		9	6	
Outras contas a pagar	2.076	5.396	4.359	2.776	5.731	4.907
	109.447	84.234	282.021	172.237	130.265	307.879
Não circulante						
Empréstimos (Nota 16)	96.728	161.083	103.076	423.346	348.435	230.844
Impostos, taxas e contribuições a recolher (Nota 17)	218	500	812	218	500	812
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19)				13.817	11.361	7.407
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (Nota 18)	565	297	523	575	297	523
Provisão para passivo a descoberto (Nota 12)	7.528	7.202	4.646			
	105.039	169.082	109.057	437.956	360.593	239.586
	214.486	253.316	391.078	610.193	490.858	547.465
Patrimônio líquido capital e reservas atribuídos aos acionistas da controladora						
Capital social (Nota 20 (a))	409.003	409.003	409.003	409.003	409.003	409.003
Reservas de capital (Nota 20(c))	11.878	11.064	18.728	11.878	11.064	18.728
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 20(h))	157.862	168.597	179.785	157.862	168.597	179.785
Reservas de lucros (Nota 20(e))	112.047	101.434	96.286	112.047	101.434	96.286
Ações em tesouraria (Nota 20 (d))	(813)	(813)	(6.701)	(813)	(813)	(6.701)
	689.977	689.285	697.101	689.977	689.285	697.101
Total do passivo e patrimônio líquido	904.463	942.601	1.088.179	1.300.170	1.180.143	1.244.566

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Operações continuadas				
Receita (Nota 21)	441.108	408.708	608.634	526.614
Custo das vendas	(304.597)	(282.229)	(423.055)	(365.182)
Lucro bruto	**136.511**	**126.479**	**185.579**	**161.432**
Despesas com vendas (Nota 22)	(30.119)	(36.368)	(34.596)	(40.141)
Despesas administrativas (Nota 22)	(45.143)	(53.887)	(62.034)	(66.594)
Outras receitas (Nota 22)	89	2.311	79	2.577
	(75.173)	(87.944)	(96.551)	(104.158)
Lucro operacional	**61.338**	**38.535**	**89.028**	**57.274**
Receitas financeiras (Nota 23)	54.364	61.194	64.143	64.627
Despesas financeiras (Nota 23)	(61.642)	(68.040)	(84.576)	(78.689)
Despesas financeiras, líquidas	(7.278)	(6.846)	(20.433)	(14.062)
Participação nos lucros de controladas (Nota 12)	9.579	9.278		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**63.639**	**40.967**	**68.595**	**43.212**
Imposto de renda e contribuição social (Nota 24)	(18.568)	(11.516)	(23.524)	(13.761)
Lucro do exercício das operações continuadas	**45.071**	**29.451**	**45.071**	**29.451**
Lucro líquido do exercício	**45.071**	**29.451**	**45.071**	**29.451**
Lucro líquido por ação (básico e diluído)				
De operações continuadas (Nota 20)	0,56	0,37	0,56	0,37

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2012

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro líquido do exercício	**45.071**	**29.451**	**45.071**	**29.451**
Outros componentes do resultado abrangente				
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	(490)	(942)	(490)	(942)
Total do resultado abrangente do exercício	**44.581**	**28.509**	**44.581**	**28.509**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2012

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas				
Vendas brutas de produtos	503.795	466.698	683.106	593.799
Outras receitas	91	2.312	82	2.578
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(650)	(198)	(958)	(908)
	503.236	468.812	682.230	595.469
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos	(364.844)	(340.209)	(486.880)	(427.138)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.829)	(16.615)	(5.237)	(18.144)
	(368.673)	(356.824)	(492.117)	(445.282)
Valor adicionado bruto	**134.563**	**111.988**	**190.113**	**150.187**
Depreciação e amortização	(27.163)	(26.577)	(35.818)	(32.341)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**107.400**	**85.411**	**154.295**	**117.846**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	9.415	10.892		
Reversão (provisão) para passivo a descoberto	164	(1.614)		
Receitas financeiras	54.364	61.194	64.143	64.627
	63.943	70.472	64.143	64.627
Valor adicionado total a distribuir	**171.343**	**155.883**	**218.438**	**182.473**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	43.520	44.796	57.108	54.803
Salários e encargos	21.869	22.464	32.242	30.032
Honorários de diretoria	7.514	5.983	7.514	5.983
Benefícios	6.464	5.544	8.149	6.631
Encargos trabalhistas e previdenciários	7.673	10.805	9.203	12.157
Impostos, taxas e contribuições	21.096	12.946	30.073	17.930
Impostos federais	20.666	11.831	26.402	14.147
Impostos estaduais	395	1.088	3.300	3.496
Impostos municipais	35	27	371	287
Remuneração de capitais de terceiros	61.656	68.690	86.186	80.289
Juros e variações cambiais	60.822	67.735	84.304	78.314
Aluguéis	834	955	1.882	1.975
Remuneração de capitais próprios	45.071	29.451	45.071	29.451
Dividendos	42.817	27.978	42.817	27.978
Lucros retidos	2.254	1.473	2.254	1.473
Valor adicionado distribuído	**171.343**	**155.883**	**218.438**	**182.473**

(*) A demonstração de valor adicionado consolidada não é parte das informações trimestrais consolidadas conforme IFRS.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2012

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**45.071**	**29.451**	**45.071**	**29.451**
Ajustes:				
Depreciação do imobilizado	23.599	23.324	31.912	28.910
Amortização do intangível	3.564	3.253	3.906	3.431
Juros e variações monetárias	5.748	29.410	21.667	35.533
Provisão para pagamento baseado em ações	814	361	814	361
Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos	18.568	11.516	21.125	12.050
Provisão (reversão) para passivo a descoberto	(164)	1.614		
Resultado de equivalência patrimonial	(9.415)	(10.892)		
Perda de valores ativos	650	197	958	908
	88.435	**88.234**	**125.453**	**110.644**
Variações nos ativos e passivos:				
(Acréscimo) decréscimo de clientes	25.520	(20.974)	18.138	(32.694)
(Acréscimo) decréscimo de estoques	7.010	(7.052)	(2.178)	(13.267)
Decréscimo de tributos a recuperar	4.075	19.675	5.792	10.571
(Acréscimo) decréscimo de outros direitos realizáveis	28	314	5.869	(9.784)
Acréscimo (decréscimo) de fornecedores	686	(3.541)	8.135	6.801
Acréscimo de encargos sociais e provisões trabalhistas	413	1.543	196	2.012
Acréscimo (decréscimo) de impostos, taxas e contribuições	209	(268)	3.977	1.008
(Decréscimo) de outras exigibilidades	(3.203)	(2.698)	(2.703)	(2.721)
	34.738	**(13.001)**	**37.226**	**(38.074)**

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:				
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social			(1.510)	(1.723)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**123.173**	**75.233**	**161.169**	**70.847**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:				
Aquisição de imobilizado	(13.345)	(9.624)	(71.374)	(74.323)
Aquisição de intangível	(1.825)	(2.108)	(1.825)	(2.108)
Partes relacionadas	(5.321)	(9.486)		
Valor residual do permanente baixado	109	51	109	71
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(20.382)**	**(21.167)**	**(73.090)**	**(76.360)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:				
Captações de empréstimos e financiamentos		150.000	51.184	212.755
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(41.543)	(291.351)	(73.021)	(310.161)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(10.936)	(27.503)	(18.148)	(31.262)
Recompra de ações		(813)		(813)
Pagamento de dividendos	(44.700)	(35.873)	(44.700)	(35.873)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(97.179)**	**(205.540)**	**(84.685)**	**(165.354)**
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa			(425)	2.903
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**5.612**	**(151.474)**	**2.969**	**(167.964)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 6)	**76.006**	**70.394**	**84.145**	**81.176**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 6)	**70.394**	**221.868**	**81.176**	**249.140**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**5.612**	**(151.474)**	**2.969**	**(167.964)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2012

Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas da controladora												
			Reservas de capital			Reservas de lucros							
	Capital Social	Custos de emissão	Reserva de ágio	Opção de ações	Total	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva para Investimentos	Total	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2011	**422.269**	**(13.266)**	**17.404**	**1.324**	**18.728**	**6.013**	**21.755**	**68.518**	**96.286**	**(6.701)**		**179.785**	**697.101**
Lucro líquido do exercício											29.451		29.451
Variação cambial de investidas no exterior (Nota 12)												(942)	(942)
Total do resultado abrangente do exercício											29.451	(942)	28.509
Realização do custo atribuído (Nota 14)											15.524	(15.524)	
(-) Impostos s/realização do custo atribuído											(5.278)	5.278	
Total da realização do custo atribuído											10.246	(10.246)	
Contribuições/distribuições aos acionistas:													
Recompra de ações (Nota 19)										(813)			(813)
Cancelamento de ações em tesouraria (Nota 19)			(6.701)		(6.701)					6.701			
Pagamento baseado em ações (Nota 19)				361	361								361
Destinação do lucro líquido do exercício:													
Dividendos intermediários pagos (Nota 19)											(14.118)		(14.118)
Dividendos pagos (Nota 19)							(21.755)		(21.755)				(21.755)
Reserva legal						1.473			1.473		(1.473)		
Reserva para dividendos adicionais propostos							25.430		25.430		(25.430)		
Destinação dos lucros acumulados:													
Reversão de reserva referente ao pagamento baseado em ações (Nota19)				(1.324)	(1.324)						1.324		
Total de contribuições/distribuições aos acionistas			(6.701)	(963)	(7.664)	1.473	3.675		5.148	5.888	(39.697)		(36.325)
Em 31 de dezembro de 2011	**422.269**	**(13.266)**	**10.703**	**361**	**11.064**	**7.486**	**25.430**	**68.518**	**101.434**	**(813)**		**168.597**	**689.285**
Lucro líquido do exercício											45.071		45.071
Variação cambial de investidas no exterior (Nota 12)												(490)	(490)
Total do resultado abrangente do exercício											45.071	(490)	44.581
Realização do custo atribuído (Nota 14)											15.523	(15.523)	
(-) Impostos s/realização do custo atribuído											(5.278)	5.278	
Outros ajustes de convergência													
Total da realização do custo atribuído											10.245	(10.245)	
Contribuições/distribuições aos acionistas:													
Pagamento baseado em ações (Nota 19)				814	814								814
Destinação do lucro líquido do exercício:													
Dividendos intermediários pagos (Nota 19)											(19.273)		(19.273)
Dividendos pagos (Nota 19)							(25.430)		(25.430)				(25.430)
Reserva legal						2.254			2.254		(2.254)		
Reserva para dividendos adicionais propostos							33.789		33.789		(33.789)		
Total de contribuições/distribuições aos acionistas				814	814	2.254	8.359		10.613		(55.316)		(43.889)
Em 31 de dezembro de 2012	**422.269**	**(13.266)**	**10.703**	**1.175**	**11.878**	**9.740**	**33.789**	**68.518**	**112.047**	**(813)**		**157.862**	**689.977**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Informações Financeiras em 31 de Dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Providência Indústria e Comércio (a "Companhia"), com sede em São José dos Pinhais, Estado do Paraná e suas controladas tem por objeto social a fabricação e comercialização de produtos plásticos em geral, dentre eles tecido nãotecido ("*nonwoven*"), resultantes da transformação de polipropileno da marca KAMI.

A Companhia possui duas subsidiárias, uma em Pouso Alegre, Minas Gerais e outra em Statesville, Carolina do Norte, nos Estados Unidos. Com o objetivo de ampliar sua capacidade produtiva, em 2012 a Companhia inaugurou duas novas máquinas. A primeira inaugurada no segundo trimestre em Pouso Alegre/MG e a segunda, em Statesville, cuja produção iniciou-se no último trimestre de 2012.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 25 de fevereiro de 2013.

Reestruturação societária

(a) Em 31 de janeiro de 2008, com base no laudo de avaliação contábil emitido por peritos independentes, a controlada Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. ("Isofilme") efetuou incorporação reversa de sua investidora original, a Providência Participações Ltda. A Companhia Providência Indústria e Comércio detinha até a data da incorporação 99,99% das quotas da Providência Participações Ltda., que por sua vez detinha 99,99% das quotas da Isofilme. Em consequência da incorporação, a Isofilme teve seu capital social aumentado em R$ 17.534, decorrente da transferência do acervo líquido da Providência Participações Ltda., conforme demonstrado a seguir:

Ativo		**Passivo e patrimônio líquido**	
Intangível		Circulante	
Ágio		Conta mútuo	
Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.	39.759	Companhia Providência Indústria e Comércio	22.225
		Patrimônio líquido	
		Capital social	17.534
	39.759		39.759

Ainda em função da incorporação, o ágio decorrente da aquisição do controle da Isofilme pela Providência Participações Ltda. está contabilizado em conta específica do ativo intangível no balanço patrimonial da Isofilme. Conforme preconiza a Instrução CVM nº 349 e ofício nº CVM 01/2007, não foi constituída provisão no montante da diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal decorrente de sua amortização, devido às razões abaixo expostas:

- Não houve interposição de empresa veículo, sendo incorporada a investidora original (Providência Participações Ltda.);
- Não houve qualquer evento que represente em aumento patrimonial sem substância econômica no balanço patrimonial da Companhia por ocasião da incorporação; e,
- Os fundamentos econômicos que deram origem ao ágio continuam válidos.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas consistentemente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas considerando-se o custo histórico como base de valor e ajustadas com o objetivo de refletir os ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do período, bem como o "custo atribuído" de terrenos, de edificações e de máquinas e equipamentos na data de transição para IFRS/CPCs.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da mesma e de suas controladas. As áreas que requerem um julgamento mais preciso e de maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards (IFRS*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board).*

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas com as demonstrações financeiras consolidadas.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do CPC/IFRS com vigência a partir de 2013 que, eventualmente, pudessem causar um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2. Reclassificação das demonstrações financeiras anteriormente divulgadas

A Companhia está alterando sua demonstração financeira individual e consolidada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e balanço patrimonial do início do período mais antigo (1º de janeiro de 2011, conforme requerido pelo CPC 26), alterando os montantes relativos aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo e passivo, atendendo ao disposto no CPC 32, o qual determina que os tributos sobre o lucro, os impostos diferidos ativos e passivos devem ser apresentados pelo líquido quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando estão relacionados com a mesma entidade legal e com a mesma entidade tributária. Segue quadro demonstrando as alterações:

	Controladora			Consolidado		
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
Saldo anterior em 31.12.2010	**1.179.282**	**482.181**	**697.101**	**1.335.669**	**638.568**	**697.101**
Ativo e Passivo não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(91.103)	(91.103)		(91.103)	(91.103)	
Saldo ajustado em 01.01.2011	**1.088.179**	**391.078**	**697.101**	**1.244.566**	**547.465**	**697.101**
Saldo anterior em 31.12.2011	**1.028.478**	**339.193**	**689.285**	**1.266.020**	**576.735**	**689.285**
Ativo e Passivo não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(85.877)	(85.877)		(85.877)	(85.877)	
Saldo ajustado em 31.12.2011	**942.601**	**253.316**	**689.285**	**1.180.143**	**490.858**	**689.285**

2.3. Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar políticas financeiras e operacionais, cuja participação é de mais da metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados ao se avaliar quando a Companhia controla outra entidade.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e, quando aplicável esta consolidação, é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre as empresas, saldos, ganhos e prejuízos não realizados são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas.

(b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. No caso da Companhia e suas controladas, as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

2.4. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e de suas controladas é a Diretoria Executiva.

Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados, que o único produto comercializado pela Companhia e suas controladas é o nãotecido, que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicações de recursos são feitas em bases consolidadas, a Administração concluiu que a Companhia e suas controladas têm somente um segmento passível de apresentação.

2.5. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas consolidadas são mensurados e usa-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas na moeda R$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do consolidado.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Companhia, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do período como receita ou despesa financeira.

(c) Empresas consolidadas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira da controlada localizada nos Estados Unidos utilizam moeda funcional diferente da moeda de apresentação, portanto são convertidos na moeda de apresentação, conforme segue:

(i) Os saldos dos ativos e passivos apresentados em cada balanço patrimonial são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;

(ii) As receitas e despesas apresentadas na demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias, considera-se que essas médias representam razoável proximidade do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações; e

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos a curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante de caixa conhecido.

2.7. Ativos financeiros

2.7.1. Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A Companhia e suas controladas não possuem ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são derivativos contratados para a manutenção em carteira até o vencimento, designados como "*hedge*" (um instrumento de proteção). Os ativos e passivos dessa categoria são classificados como ativos e passivos circulantes.

(b) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos e compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber", com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes.

2.7.2. Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento de ativos financeiros é feito na data de negociação, na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro" no período em que ocorrem.

Na data do balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou em um grupo de ativos financeiros.

2.7.3. *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou um grupo de ativos financeiros encontra-se deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

(i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;

(ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

(iii) a Companhia e suas controladas, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;

(iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

(v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

(vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Caso o valor da perda por *impairment* em um período subsequente diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.8. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são remensurados ao seu valor justo com as suas devidas variações lançadas contra resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). Os valores justos dos instrumentos derivativos estão divulgados na Nota 7.

2.9. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para crédito de liquidação duvidosa (*impairment*) estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O valor presente é calculado com base em taxas praticadas no mercado (CDI-Certificado de Depósito Interbancário), a qual em 2012 correspondia, em média, a 6,90% a.a. (2011: 10,87% a.a.).

2.10. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é determinado utilizando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e custos gerais de produção relacionados (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.11. Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é apurado na aquisição ou na subscrição de capital em outra sociedade, representado pelo valor do custo de aquisição do investimento que superar o valor da equivalência patrimonial, calculada a partir do percentual de aquisição ou subscrição sobre o valor do patrimônio líquido da sociedade investida, vide maiores informações na Nota 1 (a).

Segundo a deliberação CVM nº 553 de 12 de novembro de 2008, a qual aprova o Pronunciamento Técnico CPC 04 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Ativos Intangíveis, a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia deixou de amortizar contabilmente os ágios decorrentes dos investimentos adquiridos. Tendo em vista que os referidos ágios continuam sendo amortizados para fins tributários, constituiu-se os correspondentes efeitos tributários diferidos sobre a parcela de amortização excluída fiscalmente.

O ágio é testado *anualmente* para verificar perdas (*impairment*).

(b) *Softwares*

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e suas controladas e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 13.

2.12. Imobilizado

Terrenos, edifícios e construções, máquinas e equipamentos, instalações industriais, móveis e utensílios, compreendem principalmente fábricas e escritórios e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, somados ao custo atribuído em 1º de janeiro de 2009.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado, os quais são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos outros ativos é calculada usando-se o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis estão demonstradas na Nota 14.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável caso o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.13).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e reconhecidos em "outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.13. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar uma eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment).* O imobilizado e outros ativos não financeiros são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando esse for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.14. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa efetiva de juros. Na prática, as contas a pagar aos fornecedores são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.15 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.16. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e é considerada provável, com base em seus assessores jurídicos, que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem tanto os impostos correntes quanto os diferidos, e são calculadas com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados através das alíquotas de 15% (além dos 10% adicionais, quando aplicável) e 9%, respectivamente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Sendo assim, para dar suporte ao reconhecimento, a Administração elabora em cada exercício um estudo de aproveitamento desses tributos, baseado em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

2.18. Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia e suas controladas oferecem aos empregados um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida (Nota 25), cujo objetivo é proporcionar a acumulação de recursos que poderão ser transformados em renda mensal, com o intuito de complementar o benefício oferecido pela Previdência Social. O plano possui contribuições voluntárias dos participantes, via desconto em folha de pagamento, e também contribuições da empresa cuja contabilização é registrada no resultado no grupo de despesas com pessoal em contrapartida no Passivo Circulante.

(b) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos executivos e determinados empregados um plano de remuneração com base em ações ("*Stock Options*"), devidamente aprovado pelo Conselho de Administração (Nota 20.b), segundo o qual a Companhia recebe os serviços como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. Conforme o CPC10 - Pagamentos Baseados em Ações, o prêmio dessas ações, calculado na data da outorga, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o período de carência à medida que os serviços são prestados.

(c) Participação nos lucros

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados em regime de competência, de acordo com a política de remuneração definida.

2.19. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

2.20. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do consolidado. O reconhecimento é feito quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. Portanto, a Companhia e suas controladas adotam como critério de reconhecimento da receita a data em que os produtos são entregues ao comprador.

2.21. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.22. Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.23. Normas, alterações e respectivas interpretações novas e revisadas, já emitidas e ainda não adotadas

As seguintes novas normas, alterações e respectivas interpretações foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- IAS 16 - "Ativo Imobilizado" esclarecem que as peças de substituição, equipamentos reservas e equipamentos de serviço devem ser classificados como imobilizado conforme estejam de acordo com a definição de imobilizado da IAS 16 e de outra forma, como estoque. A norma passou a ser aplicável desde 1º de janeiro de 2013.
- IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. As modificações alteram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão contratual. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor; (ii) reconhecimento

Notas Explicativas da Administração às Informações Financeiras em 31 de Dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram; (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado; e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A Companhia e suas controladas estão avaliando o impacto total dessas alterações. A norma passou a ser aplicável desde 1º de janeiro de 2013.

• Modificações à IAS 1 - "Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente " permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente e uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma. Norma com efeitos a partir de janeiro de 2013.

• Alterações à IFRS 7 e IAS 32 - "Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros e Divulgações Relacionadas" exigem que as entidades divulguem as informações acerca dos direitos de compensação e acordos relacionados (como as exigências de garantias) para os instrumentos financeiros sujeitos à compensação ou contratos similares. As alterações à IFRS 7 são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e períodos intermediários a esses períodos anuais. As divulgações devem ser realizadas retrospectivamente para todos os períodos comparados. No entanto, as alterações à IAS 32 não são aplicáveis para períodos anuais iniciados antes de 1º de janeiro de 2014, com adoção retroativa exigida. As alterações à IAS 32 esclarecem questões de adoção existentes com relação às exigências de compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de "atualmente possui o direito legal de compensar" e "realização e liquidação simultâneas".

• IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que, nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia e suas controladas estão avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

• IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" substitui as partes da IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 Consolidação - Sociedades de Propósito Específico será retirada com a aplicação da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Orientações abrangentes foram incluídas na IFRS 10 para abordar cenários complexos. A norma passou a ser aplicável desde 1º de janeiro de 2013.

• IFRS 11 - "Acordos em Conjunto" foi emitida em maio de 2011. A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés da sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido para controle em conjunto. A norma passou a ser aplicável desde 1º de janeiro de 2013.

• IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades" trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A Companhia e suas controladas estão avaliando o impacto total do IFRS 12. A norma passou a ser aplicável desde 1º de janeiro de 2013.

• IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo" foi emitida em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências alinhadas entre IFRS e US GAAP não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A Companhia e suas controladas ainda estão avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma passou a ser aplicável desde 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ainda não em vigor com o risco de causar impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos seus respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (*Impairment*) estimada do ágio

Anualmente, a Companhia e suas controladas testam eventuais perdas *(impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.13. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 13).

A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis são baseados não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o seu valor recuperável.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

A Companhia e suas controladas revisam regularmente os impostos diferidos ativos quanto a sua possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é avaliado por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado bem como a seleção de métodos de avaliação requerem um julgamento considerável e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Consequentemente, as estimativas apresentadas na Nota 7 não indicam necessariamente os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

(d) Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota 18. Desta forma, são constituídas provisões para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia e suas controladas acreditam que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(e) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo estadual do Paraná e sua controlada Isofilme possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo estadual de Minas Gerais. O Supremo Tribunal Federal - STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF. a Companhia consultou seus assessores jurídicos, os quais emitiram parecer sobre o tema, a partir do qual a Companhia entende não haver passivo a ser registrado.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia (juntamente com as controladas) possui um Comitê de Gestão de Riscos, aprovado pelo Conselho de Administração, que funciona para o seu assessoramento e é responsável por definir a política, administrar os riscos e gerenciar os instrumentos financeiros através de sistemas de controle que estabelecem limites de exposição cambial e de juros bem como definem a destinação dos recursos junto às instituições financeiras. As posições de todos os instrumentos financeiros, inclusive os derivativos e os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos são apresentadas e avaliadas mensalmente pelo Comitê de Gestão de Riscos e submetidas à apreciação do Conselho de Administração da Companhia.

Dentre os procedimentos definidos pela política vigente, a Companhia possui rotinas mensais que permitem projetar e avaliar a exposição cambial, já que possui operações e dívida com o mercado externo e está exposta a esses riscos.

(a) Risco de mercado

(i) Risco de câmbio e taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a mudanças adversas nas taxas de juros e taxas de câmbio. O endividamento está indexado em 30% com base na moeda local e a taxas variáveis e fixas, sendo que os 70% restantes estão indexados à LIBOR (*London Interbank Offered Rate)* e SIFMA (*Securities Industry and Financial Markets Association)*. Parte significativa das receitas (29%) advém das exportações e está igualmente exposta a variações na taxa de câmbio.

Parte do endividamento está indexada ao CDI, portanto sujeita a taxas de juros variáveis. O resultado financeiro é parcialmente afetado pelas mudanças na taxa básica de juros da economia (SELIC).

Os instrumentos financeiros derivativos estão registrados aos valores de custo histórico, os quais se aproximam dos valores justos, e a tabela a seguir demonstra a exposição cambial da Companhia.

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011		1º de janeiro de 2011	
	R$ mil	USD mil	R$ mil	USD mil	R$ mil	USD mil
Ativo:						
Contas a receber	74.514	36.464	76.505	40.785	67.040	40.235
Passivo:						
Fornecedores	(5.594)	(2.737)	(14.674)	(7.823)	(1.450)	(870)
Empréstimos e financiamentos	(485.153)	(237.413)	(346.199)	(184.561)	(190.443)	(114.298)
Posições passivas	**(490.747)**	**(240.150)**	**(360.873)**	**(192.384)**	**(191.893)**	**(115.168)**
Total exposto	**(416.233)**	**(203.686)**	**(284.368)**	**(151.599)**	**(124.853)**	**(74.933)**

A Companhia possui investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial. A exposição cambial decorrente da participação em operações no exterior é protegida, principalmente, através de empréstimos na mesma moeda desses investimentos.

Sensibilidade à taxa de câmbio - Apresentamos no quadro a seguir os impactos de uma variação de 25% e 50% sob o cenário provável da taxa do dólar para cada instrumento financeiro exposto:

	Risco	(-) 50 %	(-) 25 %	Cenário provável	(+) 25 %	(+) 50 %
Taxas	Dólar	1,0450	1,5675	2,0900	2,6125	3,1350
Contas a receber	Dólar	(36.409)	(17.357)	1.696	20.748	39.800
Empréstimos e financiamentos	Dólar	237.057	113.009	(11.040)	(135.088)	(259.137)
Fornecedores	Dólar	2.734	1.303	(127)	(1.558)	(2.988)
Ganho (perda)		203.382	96.955	(9.471)	(115.898)	(222.325)

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das informações financeiras, conforme requerido pelo CPC 40. Baseado na posição patrimonial em 31 de dezembro de 2012 estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Sensibilidade à taxa de juros - Apresenta-se no quadro a seguir os impactos dos juros no resultado de uma variação de 25% e 50% sob o cenário provável dos indexadores (CDI/LIBOR6) no período de 12 meses:

	Risco	(-) 50 %	(-) 25 %	Cenário provável	(+) 25 %	(+) 50 %
Taxas do indexador	CDI/Selic	3,63%	5,44%	7,25%	9,06%	10,88%
Taxas do indexador	LIBOR6	0,25%	0,38%	0,51%	0,64%	0,76%
Aplicações financeiras	CDI/Selic	2.678	4.051	5.447	6.866	8.309
Empréstimos e financiamentos	LIBOR6	(8.089)	(8.672)	(9.048)	(9.422)	(9.797)
Perda		(5.411)	(4.621)	(3.601)	(2.556)	(1.488)

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das informações financeiras, conforme requerido pelo CPC 40. Baseado na posição patrimonial das aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de dezembro de 2012, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

(ii) Operações com derivativos

A Companhia e suas controladas possuem operações no mercado externo e estão expostas a riscos de mercado provenientes de mudanças nas cotações das moedas estrangeiras e das taxas de juros. A exposição ao risco decorrente de futuros pagamentos em moeda local dos passivos atrelados ao câmbio é protegida, em grande parte, pela carteira de contas a receber de clientes no mercado externo, oriundas das vendas operacionais destinadas à exportação.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas têm como política operar com instrumentos financeiros derivativos atrelados a moedas estrangeiras, basicamente o dólar americano, os quais têm a finalidade de *hedge* (proteção contra possíveis oscilações nas taxas de juros e câmbio), seguindo as orientações estipuladas na Política de Gestão de Riscos de Mercado aprovada pelo Conselho de Administração e operacionalizada pelo Comitê de Gestão de Riscos.

A Política de Gestão de Riscos de Mercado objetiva basicamente a proteção mínima de 75% do fluxo de caixa de curto prazo, por períodos determinados que variem de 9 a 12 meses, orientando para a realização de operações tradicionais de mercado, como por exemplo, NDF's, opções e mercado futuro de dólar via BM&F entre outras, estipulando limites por tipo de operação e contraparte.

De modo a mensurar os efeitos das flutuações dos índices e das taxas atreladas às operações com derivativos, elaboramos a seguir o quadro de análise de sensibilidade nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08, incluindo um cenário considerado provável pela Administração da Companhia, uma situação considerada possível de, pelo menos, 25% de deterioração nas variáveis utilizadas e uma situação considerada remota, com deterioração de, pelo menos, 50% nas variáveis de risco:

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade

Operação	Risco	(-) 50 %	(-) 25 %	Cenário provável	(+) 25 %	(+) 50 %
Swap US$ x CDI	Alta do CDI	(23.476)	(11.786)	12.895	37.573	49.895
Swap LIBOR flut. x fixa	Baixa da LIBOR	(217)	(208)	(199)	(189)	(180)
Termo de moeda (NDF)	Queda do US$	(12.198)	(2.353)	417	6.776	13.101
Ganho (perda)		(35.891)	(14.347)	13.113	44.160	62.816

Para determinação dos valores no quadro de análise de sensibilidade, considerou-se a curva do dólar e de cotações futuras publicadas pela BM&F. Com base nessas taxas aplicaram-se os percentuais de deterioração de acordo com cada cenário, projetados os fluxos até o vencimento das operações e descontados até a data de encerramento do balanço.

Esta análise foi considerada apenas para efeito de atendimento da legislação em vigor, uma vez que a Companhia opera com derivativos apenas para a proteção e eliminação dos efeitos de flutuação das moedas e juros contratados, não possuindo caráter especulativo.

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das informações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40. Baseado na posição patrimonial e no valor *notional* dos instrumentos derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2012, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de riscos prováveis da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possuía contratos de derivativos exóticos em aberto, nem possuía em outros períodos.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada à Política de Crédito instituída na Companhia e ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas, limites individuais de posição e garantias exigidas são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou com perda no valor recuperável pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Contas a receber: O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia para este fim. Os limites de créditos são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os valores classificados no **Grupo 1** referem-se a clientes sem inadimplência no passado. Os valores classificados no **Grupo 2** referem-se a clientes com alguma inadimplência no passado, ou seja, aqueles que em algum momento figuraram dentro dos critérios de constituição de provisão para devedores duvidosos.

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011
Contas a receber de clientes						
Grupo 1	106.755	133.117	108.705	144.308	161.818	125.739
Grupo 2	1.465	2.305	1.850	3.947	3.585	3.652
	108.220	135.422	110.555	148.255	165.403	129.391

Caixa e equivalentes de caixa: O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria de acordo com a política estabelecida.

	Controladora			Consolidado		
Conta corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011
brAAA	53.568	60.492	196.173	56.536	65.412	223.038
brAA+	7.380			7.380		
brA+f	8.022	3.226		8.022	3.226	
brA	7.036	6.676	25.695	7.036	6.676	25.695
AA-				5.171	5.862	407
	76.006	70.394	221.868	84.145	81.176	249.140

(c) Risco de liquidez

A previsão de Fluxo de Caixa é realizada nas entidades operacionais do consolidado e consolidada pelo departamento de Finanças. O gerenciamento de risco de liquidez da Companhia e suas controladas de forma consolidada é de responsabilidade de seus executivos, que monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que elas tenham caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

A tabela abaixo analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos do consolidado (Companhia e suas controladas) e os ativos e passivos financeiros derivativos a liquidar pela Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise caso seus vencimentos contratuais sejam essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2012						
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	76.006					76.006
Instrumentos financeiros derivativos	10.708					10.708
Contas a receber de clientes	37.666	67.903	792	1.859		108.220
Depósitos judiciais				22		22
	124.380	67.903	792	1.881		194.956
Passivo						
Fornecedores	(19.271)	(2.315)				(21.586)
Empréstimos e financiamentos						
Pós-fixadas	(5.344)		(9.408)			(14.752)
Pré-fixadas		(3.722)	(63.455)	(110.420)		(177.597)
	(24.615)	(6.037)	(72.863)	(110.420)		(213.935)
	99.765	61.866	(72.071)	(108.539)		(18.979)

	Consolidado					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2012						
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	84.145					84.145
Instrumentos financeiros derivativos	10.708					10.708
Contas a receber de clientes	54.523	88.164	1.372	4.196		148.255
Depósitos judiciais				56		56
	149.376	88.164	1.372	4.252		243.164
Passivo						
Fornecedores	(39.377)	(4.013)				(43.390)
Empréstimos e financiamentos						
Pós-fixadas	(6.077)	(17.625)	(27.512)	(272.809)	(89.054)	(413.077)
Pré-fixadas	(5)	(3.736)	(63.493)	(110.699)	(19.227)	(197.160)
	(45.459)	(25.374)	(91.005)	(383.508)	(108.281)	(653.627)
	103.917	62.790	(89.633)	(379.256)	(108.281)	(410.463)

Os instrumentos derivativos são administrados com base no valor justo líquido. Os instrumentos derivativos pelo valor líquido compreendem os contratos de *Swap* de taxa de juros, *Non Deliverable Forward* e Opções de compra de dólar utilizados pela Companhia e suas controladas para administrar o perfil da taxa de juros do consolidado.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações para oferecer retorno aos seus acionistas, garantia às demais partes interessadas e para manter uma adequada estrutura de capital. A administração do capital é monitorada, entre outros indicadores, por meio do índice de dívida/capitalização, cuja meta é manter uma razão menor ou igual a 0,65. Em 31 de dezembro de 2012 essa relação apresentou o resultado de 0,44 (0,38 em 2011), demonstrando que a estrutura de capital da Companhia está sendo mantida dentro dos limites estabelecidos. O quadro abaixo demonstra o cálculo do índice dívida/capitalização:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011
Dívida total	535.707	422.007	493.051
Patrimônio líquido	689.977	689.285	697.101
Capitalização	**1.225.684**	**1.111.292**	**1.190.152**
Dívida total/Capitalização	0,44	0,38	0,41

4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado e disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares conforme demonstrado na Nota 16.

Conforme determina o CPC40/IFRS 7, a Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo-se a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

Nível 1 - preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (item não é aplicado à Companhia em 31 de dezembro de 2012);

Nível 2 - informações diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e,

Nível 3 - técnicas que usam dados com efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado (item não aplicado à Companhia em 31 de dezembro de 2012).

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011
	Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa						
Valor justo através do resultado	76.006	70.394	221.868	84.145	81.176	249.140
	76.006	70.394	221.868	84.145	81.176	249.140
Ativos financeiros derivativos						
Instrumentos derivativos	10.708	3.006	489	10.708	3.006	489
	10.708	3.006	489	10.708	3.006	489
Total do ativo circulante	**86.714**	**73.400**	**222.357**	**94.853**	**84.182**	**249.629**

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011
	Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
Passivo circulante						
Passivos financeiros derivativos						
Instrumentos derivativos		4.916	4.030		4.916	4.030
Total do passivo circulante		**4.916**	**4.030**		**4.916**	**4.030**

Não houve transferência de ativos ou passivos entre níveis de hierarquia de valor justo para os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro 2011.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011
Caixa e equivalentes de caixa						
Bancos e aplicações financeiras	76.006	70.394	221.868	84.145	81.176	249.140
	76.006	70.394	221.868	84.145	81.176	249.140
Ativos financeiros						
Recebíveis:						
Contas a receber de clientes	108.220	135.422	110.555	148.255	165.403	129.391
Depósitos judiciais	22	39	75	56	44	87
	108.242	135.461	110.630	148.311	165.447	129.478
Valor justo por meio do resultado:						
Instrumentos derivativos	10.708	3.006	489	10.708	3.006	489
	10.708	3.006	489	10.708	3.006	489
Total dos ativos	**194.956**	**208.861**	**332.987**	**243.164**	**249.629**	**379.107**
Passivos financeiros						
Avaliados ao custo amortizado:						
Fornecedores	21.586	20.900	24.441	43.390	35.255	27.299
Empréstimos e financiamentos	173.168	205.513	345.152	535.707	422.007	493.051
	194.754	226.413	369.593	579.097	457.262	520.350
Valor justo por meio do resultado:						
Instrumentos derivativos		4.916	4.030		4.916	4.030
		4.916	4.030		4.916	4.030
Total dos passivos	**194.754**	**231.329**	**373.623**	**579.097**	**462.178**	**524.380**

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo da conta "Caixa e equivalentes de caixa" inclui caixa em poder da Companhia e suas controladas. O saldo dessa conta no final do período, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, como demonstrado a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011
Recursos em bancos e em caixa	4.291	2.940	8.041	11.475	9.361	8.292
Fundos de investimentos financeiros de curto prazo	71.715	67.454	213.827	72.670	71.815	240.848
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	76.006	70.394	221.868	84.145	81.176	249.140

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por fundos de investimento financeiro, cujas carteiras são basicamente compostas por aplicações em títulos públicos federais, operações compromissadas e certificados de depósito bancário, remuneradas a 102,0% (2011 - 102,3%), em média, da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI - e possuem liquidez imediata. A Companhia e suas controladas não possuem aplicações em fundos de investimento exclusivos.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011		1º de janeiro de 2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swaps de taxa de juros (a)	9.696		40	7.371	32	1.790
Contratos de câmbio a termo (b)	311			(2.455)		2.240
Contratos de opção de dólar (c)	701		2.966		457	
Parcela circulante	10.708		3.006	4.916	489	4.030

O valor justo das operações com derivativos foi calculado pela Companhia e suas controladas e representa o valor de mercado para a reversão das operações na data de encerramento do período. Dessa forma, o valor justo apurado é válido somente para as datas das informações consolidadas, sendo passível de alteração subsequente em função de alterações nas variáveis de mercado em datas posteriores, principalmente, com relação à variação nas taxas de câmbio.

As operações de derivativos financeiros contratadas pelas empresas consolidadas não demandam margens em garantia, apenas sendo realizados ajustes de valores, a crédito ou a débito, nas datas pactuadas.

(a *Swap* de taxas de juros - CDI x US$ e LIBOR6 flutuante x pré-fixada

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de *swap* de taxas de juros, em aberto em 31 de dezembro de 2012 correspondem a R$ 129.133 (R$ 145.886 em 2011).

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas (taxas de juros em CDI e LIBOR) decorrentes de empréstimos e financiamentos, a Companhia contratou operações de *Swap*, negociadas na Bolsa de Mercadorias e Futuros e registrados na CETIP, cujos saldos de face apresentam os seguintes montantes e condições:

• Banco Espírito Santo: US$ 5,0 milhões - posição ativa em LIBOR6 flutuante e passiva pré-fixada em 3,6% ao ano, com vencimentos semestrais até junho de 2013;

• Banco BTG Pactual: US$ 3,8 milhões - posição ativa em LIBOR6 flutuante e passiva pré-fixada em 3,78% ao ano, com vencimentos semestrais até junho de 2013;

• Banco Santander: US$ 3,8 milhões - posição ativa em LIBOR6 flutuante e passiva pré-fixada em 3,88% ao ano, com vencimentos semestrais até junho de 2013; e,

• Banco Itaú: US$ 52,4 milhões - posição ativa em US$ + 4,85% ao ano e passiva em CDI + 1,7% ao ano, com vencimentos semestrais até setembro de 2018.

(b) Contratos de câmbio a termo ("Forward"):

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de câmbio a termo, em aberto em 31 de dezembro de 2012, totalizam R$ 25.330 (R$ 29.441 em 2011).

Notas Explicativas da Administração às Informações Financeiras em 31 de Dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 31 de dezembro de 2012, a Companhia contratou operações de "compra" de moeda a termo (NDF - *Non Deliverable Forward*), em dólares, nos seguintes montantes e condições:

• Banco Votorantim: US$ 1,3 milhão - posição comprada dólar, taxa de realização de R$ 2,1188, com vencimentos para 15 de abril de 2013;
• Banco Citibank: US$ 5,2 milhões - posição comprada dólar, taxa de realização de R$ 1,9285, com vencimento para 15 de janeiro de 2013;
• Banco HSBC: US$ 1,7 milhão - posição comprada dólar, taxa de realização de R$ 2,0810, com vencimento para 15 de fevereiro de 2013;
• Banco Santander: US$ 2,3 milhões - posição comprada dólar, taxa de realização de R$ 2,1344, com vencimentos para 15 de maio de 2013 e 16 de setembro de 2013; e,
• Banco Itaú BBA: US$ 1,8 milhão - posição comprada dólar, taxa de realização de R$ 2,1192, com vencimentos para 17 de junho de 2013 e 15 de julho de 2013.

(c) Contratos de opção de dólar (Call-compra):

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de opção de dólar, em aberto em 31 de dezembro de 2012, totalizam R$ 30.905 (R$ 29.441 em 2011). O prêmio total pago para essas operações foi de R$ 1.377.

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 31 de dezembro de 2012, a Companhia contratou operações de "opção de compra de moeda" (Call-compra), em dólares, nos seguintes montantes e condições:

• Banco Santander: US$ 0,8 milhão - opção (Call-compra) à taxa média de R$ 2,1071, com vencimento para 15 de maio de 2013; prêmio pago: R$ 69 mil;
• Banco Votorantim: US$ 5,2 milhões - opção (Call-compra) à taxa de R$ 2,1087, com vencimentos para 15 de fevereiro de 2013 e 15 de julho de 2013; prêmio pago: R$ 454 mil;
• Banco Itaú: US$ 6,5 milhões - opção (Call-compra) à taxa de R$ 2,1279, com vencimentos para 15 de abril de 2013 e 17 de junho de 2013 e 15 de agosto de 2013; prêmio pago; R$ 550 mil; e,
• Banco Bradesco: US$ 2,7 milhões - opção (Call-compra) à taxa de R$ 2,13, com vencimento para 15 de março de 2013; prêmio pago: R$ 304 mil.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011
Contas a receber de clientes no mercado interno	42.091	63.567	51.451	78.307	92.503	65.113
Contas a receber de clientes no mercado externo	69.207	74.283	61.177	75.050	77.044	67.040
Menos: provisão para devedores duvidosos	(3.078)	(2.428)	(2.073)	(5.102)	(4.144)	(2.762)
Contas a receber de clientes, líquidas	108.220	135.422	110.555	148.255	165.403	129.391
Parcela no circulante	106.361	133.245	108.793	144.059	160.877	124.716
Parcela no não circulante	1.859	2.177	1.762	4.196	4.526	4.675

Em 31 de dezembro de 2012, o prazo médio de recebimento das vendas é de 81 dias (97 dias em 2011). A Companhia e suas controladas constituem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para 100% das contas a receber de clientes no mercado interno vencidas há mais de 90 dias. Para as contas a receber de clientes no mercado externo a provisão para créditos de liquidação duvidosa depende da análise da situação financeira atual e o ambiente econômico e político do país em que cada devedor se encontra.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011
A vencer	102.038	129.590	106.271	139.239	156.163	122.032
Vencidos até 60 dias	3.871	3.559	2.825	6.960	6.519	5.854
Vencidos entre 61 e 90 dias	133	318	194	181	433	240
Vencidos há mais de 90 dias	5.256	4.383	3.338	6.977	6.432	4.027
Total	**111.298**	**137.850**	**112.628**	**153.357**	**169.547**	**132.153**
Provisão para devedores duvidosos	(3.078)	(2.428)	(2.073)	(5.102)	(4.144)	(2.762)
Total	**108.220**	**135.422**	**110.555**	**148.255**	**165.403**	**129.391**

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Saldo anterior	(2.428)	(2.535)	(4.144)	(3.627)
Provisão para devedores duvidosos	(979)	(1.771)	(1.506)	(3.021)
Valores não usados, estornados	329	1.878	548	2.504
Saldo final	**(3.078)**	**(2.428)**	**(5.102)**	**(4.144)**

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do período como "Despesas comerciais". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

9. ESTOQUES

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011
Matérias-primas	4.922	4.568	4.284	8.616	6.120	5.010
Matérias-primas auxiliares	8.685	8.088	6.794	10.209	9.171	7.308
Produtos em elaboração	395	1.147	1.128	1.958	2.219	1.770
Produtos acabados	10.808	18.466	14.815	20.534	23.090	16.401
Material de almoxarifado	6.943	6.256	4.479	10.900	9.277	5.955
Mercadorias em trânsito	10	248	221	112	274	440
Total	**31.763**	**38.773**	**31.721**	**52.329**	**50.151**	**36.884**

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011		1º de janeiro de 2011	
	Ativo circulante	Realizável a longo prazo	Ativo circulante	Realizável a longo prazo	Ativo circulante	Realizável a longo prazo
Controladora						
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	12.388	3.005	12.960	3.584	7.197	19.324
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	669		3.192		11.559	
Contribuição para Fins da Seguridade Social - COFINS	7.033	14.795	2.736	16.661	1.437	18.519
Programa de Integração Social - PIS	1.552	1.374	493	1.849	343	2.310
Antecipações de IR e CS	6.303	82	100	198	4.326	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	5.512	599	11.216	4.398	3.904	8.143
	33.457	**19.855**	**30.697**	**26.690**	**24.440**	**52.622**
Controladas						
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços -ICMS		117	31	117	4	117
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	2.686		2.142		2.006	
Contribuição para Fins da Seguridade Social - COFINS	5.169	180	7.014	179		179
Programa de Integração Social - PIS	1.172	41	1.573	41		41
Antecipações de IR e CS						
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	697	435	681	436	326	436
	9.724	**773**	**11.441**	**773**	**2.336**	**773**
Consolidado	**43.181**	**20.628**	**42.138**	**27.463**	**26.776**	**53.395**

Os créditos de ICMS de curto prazo são decorrentes das vendas para o mercado externo, sendo possível a sua compensação através de pedido de restituição junto à repartição da receita estadual.

Os créditos de ICMS de longo prazo são recuperáveis através da negociação com empresas interessadas ou através da compensação com a fatura de energia elétrica.

De acordo com a legislação fiscal a Companhia diferiu o pagamento do ICMS sobre os bens adquiridos através de importações, substancialmente maquinário. Dessa forma, os créditos sobre estas operações, cujos pagamentos se darão em longo prazo (superior a 12 meses), foram registrados no ativo não circulante e o correspondente imposto a pagar (Nota 17) em conta específica no passivo não circulante.

Os créditos de PIS/COFINS nas controladas, referem-se aos tributos pagos no processo de importação da nova máquina da controlada Isofilme, cujo aproveitamento será feito em oito meses via transferência para a conta gráfica.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS ATIVOS

A Companhia adotou o Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei 11.941/09, por meio do qual as apurações do Imposto sobre a Renda (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09, foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371. A Companhia consignou a referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) em 30 de junho de 2011.

Os saldos acumulados de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são como segue:

			Controladora
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011
Ativo			
Controladora			
Imposto de Renda (IR)			
Prejuízos fiscais acumulados	200.661	196.594	175.893
Custo atribuído ao ativo imobilizado	(237.212)	(252.579)	(267.950)
Diferenças temporárias*	(56.073)	(37.670)	(23.363)
	(92.624)	**(93.655)**	**(115.420)**
Alíquota de IR	25%	25%	25%
Débito de IR diferido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(23.156)	(23.414)	(28.854)
Crédito de IR diferido sobre ágio na incorporação reversa	55.637	69.547	83.457
Total de crédito de imposto de renda	**32.481**	**46.133**	**54.603**
Contribuição social			
Bases negativas acumuladas	200.661	196.594	175.893
Custo atribuído ao ativo imobilizado	(237.212)	(252.579)	(267.950)
Diferenças temporárias*	(54.650)	(36.238)	(21.941)
	(91.201)	**(92.223)**	**(113.998)**
Alíquota de CS	9%	9%	9%
Débito de CS diferido sobre bases negativas e diferenças temporárias	(8.208)	(8.300)	(10.260)
Crédito de CS diferido sobre ágio na incorporação reversa	20.029	25.037	30.043
Total de crédito contribuição social	**11.821**	**16.737**	**19.783**
Total de imposto de renda e contribuição social diferido ativo líquido	**44.302**	**62.870**	**74.386**

*O saldo das diferenças temporárias é composto basicamente por: provisão para devedores duvidosos, provisão para participações nos resultados e variações cambiais por regime de competência.

			Consolidado
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011
Ativo			
Controlada			
Imposto de Renda Providencia USA Inc.			
Prejuízo fiscal acumulado	9.590	8.900	
Imposto Federal (alíquota de 32%)	3.069	2.848	
Imposto Estadual - Carolina do Norte (alíquota de 7%)	671	623	
Ganho cambial em conversão de moeda estrangeira	487	595	
Total de imposto de renda diferido ativo	**4.227**	**4.066**	
Consolidado	**48.529**	**66.936**	**74.386**

Composição por ano de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011
Até dezembro de 2011			13.989			13.989
De janeiro de 2012 até dezembro de 2012		11.226	14.683		11.952	14.683
De janeiro de 2013 até dezembro de 2013	9.816	21.186	15.921	10.753	22.556	15.921
De janeiro de 2014 até dezembro de 2014	17.580	21.923	17.195	19.257	23.341	17.195
De janeiro de 2015 até dezembro de 2015	16.906	8.535	12.598	18.519	9.087	12.598
	44.302	**62.870**	**74.386**	**48.529**	**66.936**	**74.386**

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo, decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente e leva-se em consideração a realização provável desses tributos com base em projeções de resultados futuros, fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações e que foram aprovados pelo Conselho de Administração.

Em fevereiro de 2007 a Companhia incorporou a Alnilan S.A., empresa "veículo" utilizada na aquisição da Companhia Providência Indústria e Comércio, a qual possuía em seus registros ágio decorrente dessa aquisição. Visando preservar o fluxo de dividendos dos acionistas controladores e minoritários, de acordo com as instruções CVM nº 319/99 e 349/2001, quando da abertura de capital, em julho de 2007, a Companhia registrou provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido. O ágio e a provisão foram amortizados linearmente à taxa de 10% ao ano até 31 de dezembro de 2008.

Em função das mudanças introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela Lei 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009, os valores do ágio gerado na incorporação e da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido deixaram de ser amortizados de forma sistemática. Sendo assim, o valor correspondente ao benefício fiscal de IR e CS diferidos sobre sua futura amortização fiscal foi classificado como IR e CS diferido ativo.

12. INVESTIMENTOS

(a) Investimentos em controladas

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia detém 96.246.205 do total de 96.246.206 quotas do capital social da Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., empresa que tem como objeto social a fabricação e comercialização de produtos plásticos em geral, dentre eles o nãotecido ("*nonwoven*"), resultantes da transformação de polipropileno.

Em 8 de agosto de 2008 foi constituída a controlada direta Providencia USA Inc., domiciliada em Statesville, estado da Carolina do Norte, nos Estados Unidos da América, cujo objeto social é a produção e comercialização de nãotecido ("*nonwoven*"). Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia detém a totalidade das ações do capital social compreendido por 1.000 ações.

						Participação em		
						31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011
Nome	País	Patrimônio líquido na investida	Resultado do período	Participação %				
Isofilme Ltda.	Brasil	129.649	9.415	99,99		129.649	120.234	109.342
Providencia USA Inc.	EUA	(7.528)	164	100,00				
			9.579			129.649	120.234	109.342

Segue abaixo as principais informações financeiras das controladas diretas:

31 de dezembro de 2012	Ativo	Passivo	Receita	Lucro
Isofilme Ltda.	256.538	(31.584)	90.546	9.415
Providencia USA Inc.	286.424	(48.814)	78.326	164
31 de dezembro de 2011	**Ativo**	**Passivo**	**Receita**	**Lucro**
Isofilme Ltda.	168.244	(48.009)	78.036	10.892
Providencia USA Inc.	199.020	(206.222)	50.149	(1.614)

1º de janeiro de 2011	**Ativo**	**Passivo**
Isofilme Ltda.	136.655	(27.313)
Providencia USA Inc.	129.075	(133.720)

(b) Controlada com passivo a descoberto

Com relação à controlada, que apresenta passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo), foi constituída a respectiva provisão conforme apresentada no passivo não circulante no balanço patrimonial da controladora sob a rubrica "Provisão para passivo a descoberto" e computada da seguinte forma:

	Controlada			Controladora		
	Passivo a descoberto			Provisão para passivo a descoberto		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011
Providencia USA Inc.	(7.528)	(7.202)	(4.646)	(7.528)	(7.202)	(4.646)

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou receita de equivalência patrimonial no montante de R$ 164 no resultado (despesa de R$ 1.614 em 2011) e registrou perda decorrente de variação cambial sobre investimento no exterior de R$ 490, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido (vide Nota "d" a seguir).

(c) Movimentação dos investimentos

					Controladora
	1º de janeiro de 2011	Equivalência patrimonial	31 de dezembro de 2011	Equivalência patrimonial	31 de dezembro de 2012
Isofilme Indústria e Comércio de Plasticos Ltda.	109.342	10.892	120.234	9.415	129.649

(d) Movimentação do investimento com passivo a descoberto

							Controladora
	1º de janeiro de 2011	Equivalência patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	31 de dezembro de 2011	Equivalência patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	31 de dezembro de 2012
Providencia USA Inc.	(4.646)	(1.614)	(942)	(7.202)	164	(490)	(7.528)

Os ajustes resultantes do processo de conversão das demonstrações financeiras da Providencia USA Inc., originalmente preparados em moeda estrangeira (Dólar Norte-Americano) e convertidos para o Real, foram registrados como ajuste acumulado de conversão na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido.

13. INTANGÍVEL

(a) Composição

	Controladora	Consolidado		
	Softwares	*Softwares*	Ágio	Total
Em 1º de janeiro de 2011	**11.362**	**11.368**	**33.133**	**44.501**
Custo corrigido	13.470	14.930	39.759	54.689
Amortização acumulada	(3.253)	(3.431)	(6.626)	(10.057)
Em 31 de dezembro de 2011	**10.217**	**11.499**	**33.133**	**44.632**
Custo corrigido	19.045	20.687	39.759	60.446
Amortização acumulada	(10.567)	(11.137)	(6.626)	(17.763)
Em 31 de dezembro de 2012	**8.478**	**9.550**	**33.133**	**42.683**

(b) Movimentação do ativo intangível

	Controladora	Consolidado		
	Custos de desenvolvimento de *softwares* gerados internamente	Custos de desenvolvimento de *softwares* gerados internamente	Ágio	Total
Em 1º de janeiro de 2011	**11.362**	**11.368**	**33.133**	**44.501**
Adições	2.108	2.108		2.108
Amortizações	(3.253)	(3.431)		(3.431)
Baixas				
Variação cambial		212		212
Transferência		1.242		1.242
Em 31 de dezembro de 2011	**10.217**	**11.499**	**33.133**	**44.642**
Adições	1.825	1.825		1.825
Amortizações	(3.564)	(3.906)		(3.906)
Baixas				
Variação cambial		132		132
Transferência				
Em 31 de dezembro de 2012	**8.478**	**9.550**	**33.133**	**42.683**

Em janeiro de 2008, a Controladora direta Providência Participações Ltda. foi incorporada pela sua controlada (incorporação reversa) Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. ("Isofilme"). O ágio que a Providência Participações Ltda. possuía em seus registros, decorrente da aquisição da Isofilme, vinha sendo amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano, com base na expectativa de rentabilidade futura, suportada em relatório de avaliação econômica elaborado por empresa especializada que utilizou taxa de desconto real de 9,6% a.a. A partir de 1º de janeiro de 2009, o referido ágio deixou de ser amortizado contabilmente de forma sistemática ao resultado, estando somente sujeito à análise do valor de recuperação nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Ainda em decorrência da incorporação reversa, o ágio está registrado em conta específica no ativo intangível da Isofilme e não está sujeito à provisão para a integridade do patrimônio líquido prevista na instrução CVM nº 349, devido às razões abaixo expostas:

• Não houve interposição de empresa veículo, sendo incorporada pela controlada a investidora original e os fundamentos econômicos que deram origem ao ágio continuam válidos;
• Não houve qualquer evento que represente em aumento patrimonial sem substância econômica nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Tendo em vista a Companhia ter optado pelo Regime Tributário de Transição introduzido pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, o ágio descrito acima continuou a ser amortizado fiscalmente para fins de apuração da provisão para imposto de renda e contribuição social do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, sendo que os ajustes de amortização estão sendo controlados em livros auxiliares, tendo os reflexos de imposto de renda e contribuição social diferidos sido refletidos no resultado.

O ágio no montante de R$ 33.133 está fundamentado em expectativa de resultado futuro e é anualmente submetido ao teste de redução ao valor recuperável (*impairment*). Em 31 de dezembro de 2012, o teste não revelou a necessidade de ajustes ao valor do ágio. As premissas adotadas para a projeção dos fluxos de caixa futuros foram baseadas na análise da sua performance dos últimos anos, na análise e expectativas de crescimento do seu mercado de atuação, além das expectativas e estratégias da Administração. Os valores projetados foram apresentados em termos reais, isto é, não consideram efeitos inflacionários futuros, e os fluxos de caixa operacionais foram projetados para o período de 1º de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2012 não foram identificados indicadores de *Impairment* para o referido ágio. Para o cálculo do valor residual, foi considerado o valor presente da perpetuidade do fluxo de caixa do último ano projetado. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados foi de 1,24% a.a., correspondente à taxa do CDI de dezembro de 2012 (6,90%) descontada a inflação anual projetada para 2013 (IPCA) de 5,66% - Fonte: Boletim Focus do Banco Central do Brasil.

14. IMOBILIZADO

							Controladora
	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos	Instalações industriais	Imobilizações em andamento	Outras imobilizações	Total
Custo do imobilizado (Valor Bruto)							
Em 1º de janeiro de 2011	12.520	93.409	627.602	6.033	2.253	6.791	748.608
Adições		872	6.944	801		1.007	9.624
Baixas			(1.011)		(1)	(30)	(1.042)
Transferências			1.482		(1.482)		
Em 31 de dezembro de 2011	12.520	94.281	635.017	6.834	770	7.768	757.190
Adições		245	10.920	266	1.748	166	13.345
Baixas		(1)	(97)			(19)	(117)
Transferências							
Em 31 de dezembro de 2012	12.520	94.525	645.840	7.100	2.518	7.915	770.418
Depreciação acumulada:							
Em 1º de janeiro de 2011		(15.052)	(284.574)	(2.741)		(4.620)	(306.987)
Depreciação		(3.078)	(19.231)	(419)		(596)	(23.324)
Baixas			984			7	991
Em 31 de dezembro de 2011		(18.130)	(302.821)	(3.160)		(5.209)	(329.320)
Depreciação		(3.091)	(19.477)	(423)		(608)	(23.599)
Baixas						8	8
Em 31 de dezembro de 2012		(21.221)	(322.298)	(3.583)		(5.809)	(352.911)
Imobilizado líquido:							
Em 1º de janeiro de 2011	12.520	78.357	343.028	3.292	2.253	2.171	441.621
Em 31 de dezembro de 2011	12.520	76.151	332.196	3.674	770	2.559	427.870
Em 31 de dezembro de 2012	12.520	73.304	323.542	3.517	2.518	2.106	417.507
Taxa anual de depreciação*		3%(*)	4%(*)	10%		10%	

*média

							Consolidado
	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos	Instalações industriais	Imobilizações em andamento	Outras imobilizações	Total
Custo do imobilizado (Valor Bruto)							
Em 1º de janeiro de 2011	12.580	94.933	700.999	8.534	123.610	7.386	948.042
Adições		972	8.874	846	62.592	1.039	74.323
Ganho (perda) cambial em conversão de moeda estrangeira	273	2.642	16.764		(1.552)	141	18.268
Baixas			(1.039)		(1)	(50)	(1.090)
Transferências	2.255	14.265	92.591	(1)	(111.245)	893	(1.242)
Em 31 de dezembro de 2011	15.108	112.812	818.189	9.379	73.404	9.409	1.038.301
Adições		245	13.409	274	158.678	355	172.961
Ganho (perda) cambial em conversão de moeda estrangeira	226	1.533	10.658	2	2.885	99	15.403
Baixas		(1)	(97)			(19)	(117)
Transferências	5.046	24.440	99.225	652	(129.752)	389	
Em 31 de dezembro de 2012	20.380	139.029	941.384	10.307	105.215	10.233	1.226.548
Depreciação acumulada:							
Em 1º de janeiro de 2011		(15.305)	(305.747)	(3.761)		(4.892)	(329.705)
Depreciação		(3.386)	(24.119)	(642)		(763)	(28.910)
Baixas			992			27	1.019
Em 31 de dezembro de 2011		(18.691)	(328.874)	(4.403)		(5.628)	(357.596)
Depreciação		(3.677)	(26.685)	(650)		(900)	(31.912)
Baixas						8	8
Em 31 de dezembro de 2012		(22.368)	(355.559)	(5.053)		(6.520)	(389.500)
Imobilizado líquido:							
Em 1º de janeiro de 2011	12.580	79.628	395.252	4.773	123.610	2.494	618.337
Em 31 de dezembro de 2011	15.108	94.121	489.315	4.976	73.404	3.781	680.705
Em 31 de dezembro de 2012	20.380	116.661	585.825	5.254	105.215	3.713	837.048
Taxa anual de depreciação		3% (*)	4%(*)	10%		10%	

*Média

Em atendimento à orientação prevista no CPC 27 (Ativo Imobilizado) e ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e CPC 28), em 1º de janeiro de 2009, a Companhia e suas controladas adotaram o custo atribuído para determinar o valor justo do ativo imobilizado, cujo saldo contábil era substancialmente inferior ao seu valor justo.

A avaliação foi realizada por empresa de engenharia independente especializada em avaliações patrimoniais, de acordo com as normas e procedimentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O ajuste no balanço consolidado em 1º de janeiro de 2009, realizado com base no Laudo de Avaliação e revisado pela Administração, totalizou R$ 302.157. A depreciação sobre os ajustes ao valor justo nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 foi de R$ 15.368, para cada período, na controladora e de R$ 15.523 no consolidado.

A depreciação do período findo em 31 de dezembro de 2012, alocada ao custo dos produtos vendidos consolidado, soma R$ 25.337 (R$ 26.613, em 2011) sendo que as despesas operacionais somam R$ 6.575 (R$ 2.297, em 2011).

Com objetivo de ampliar sua capacidade produtiva, a Companhia vem realizando investimentos relacionados com a aquisição de nova máquina na planta de Statesville (13ª máquina), de forma que foram efetuados adiantamentos registrados na rubrica "Imobilizações em Andamento".

A partir de dezembro de 2012 a máquina de Pouso Alegre/MG (12ª máquina, inaugurada em junho de 2012) atingiu seus níveis mínimos de produção. Dessa forma, os bens foram transferidos da rubrica "Imobilizações em andamento" e passarão a ser depreciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

15. FORNECEDORES

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011
Fornecedores	21.586	20.900	24.441	43.390	35.255	27.299
Total	21.586	20.900	24.441	43.390	35.255	27.299

Em 31 de dezembro de 2012, o prazo médio de pagamento das compras é de 30 dias (35 dias em 2011). A Companhia e suas controladas colocam em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O valor justo dos empréstimos atuais se aproxima ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

Controladora

Modalidade	Encargos financeiros	Moeda	Vencimentos	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011
Financiamento máquina de fabricação do tecido nãotecido Máquina Kami 9	(a) LIBOR + 1,25% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2013	312	296	264
			Principal: semestrais a partir de 2009 até 2013	14.547	30.482	42.280
Nota de crédito à exportação	(b) 112% do CDI	Real	Juros: semestrais até 2012		375	657
			Principal: semestrais a partir de 2010 até 2012		25.000	50.000
EXIM-PSI	(c) 9% a.a.	Real	Juros: trimestrais até 2013	554	433	395
			Principal: maio 2013	50.000	50.000	150.000
Pré-pagamento	(d) 4,85% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2018	766	1.218	
			Principal: semestrais a partir de 2013 até 2018	106.989	97.709	

Notas Explicativas da Administração às Informações Financeiras em 31 de Dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora

Modalidade		Encargos financeiros	Moeda	Vencimentos	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011
Debêntures	(e)	CDI + 1,35% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2012			1.556
				Principal: 2010, 2011 e 2012			100.000
Total controladora					173.168	205.513	345.152
Parcela no circulante					76.440	44.430	242.076
Parcela no passivo não circulante					96.728	161.083	103.076
					173.168	205.513	345.152

a) O montante de R$ 14.859, referente ao contrato de pré-pagamento de exportação (financiamento de máquina), está garantido por notas promissórias no montante de US$ 36,5 milhões, acrescido de juros e ajustado pelo efeito de variação cambial, conforme "*Credit Agreement*" firmado entre as partes.
b) A última parcela da Nota de Crédito à Exportação junto ao Banco Bradesco foi amortizada em 12 de novembro de 2012.
c) Em 28 de novembro de 2011, a Companhia contratou junto ao Banco Votorantim, recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") através do programa "BNDES-Exim" na modalidade "BNDES-Exim Pré-Embarque PSI", no montante de R$ 50.000. Os recursos provenientes da operação são utilizados pela empresa na produção e exportação de bens incluídos no Grupo II da Carta Circular nº 31/2007 de 30/07/2007 do BNDES. O vencimento da operação será em 15 de maio de 2013. Os juros são calculados na base de 9% ao ano com pagamentos trimestrais até o vencimento final do principal.
d) Em 26 de setembro de 2011, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú uma operação de US$ 52,4 milhões, com 2 anos de carência e vencimentos semestrais até 26 de setembro de 2018. A taxa de juros contratada é de 4,85% ao ano. Para proteger essa operação frente às oscilações do dólar, foi contratada uma operação de *Swap* no mesmo montante, de ponta ativa em US$ + 4,85% ao ano e ponta passiva de CDI + 1,70% ao ano.
e) Em 30 de novembro de 2007, foram emitidas 15.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$ 10.000 com pagamento de juros semestrais até 2012 e principal com 2 anos de carência com vencimentos anuais igualmente até 2012. Sobre o valor nominal unitário incidiram juros remuneratórios à variação acumulada da taxa média de juros dos Certificados de Depósito Interbancários (CDI) de um dia, capitalizada de uma sobretaxa de 1,35% ao ano, base 252 dias.
Em 29 de setembro de 2011, foi aprovada a liquidação antecipada da totalidade das debêntures em circulação. O pagamento foi feito em 31 de outubro de 2011, acrescido de prêmio de R$ 422.

Controladas

Modalidade		Encargos financeiros	Moeda	Vencimentos	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011
Financiamento máquina	(f)	LIBOR + 0,85% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2016	1	18	13
				Principal: semestrais até 2016	11.769	13.977	15.072
	(g)	LIBOR + 1,25% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2023	580	73	
				Principal: semestrais até 2023	73.121	17.717	
Financiamento planta USA	(h)	LIBOR + 4,00%	Dólar	Juros: semestrais até 2013	166	276	242
				Principal: semestral até 2013	10.218	18.758	24.993
	(i)	LIBOR + 2,45%	Dólar	Juros: semestrais até 2015	60	50	34
				Principal: semestral até 2015	17.530	18.946	16.828
	(j)	LIBOR + 3,91%	Dólar	Juros: semestrais até 2014	60		
				Principal: semestral até 2014	3.832		
	(k)	LIBOR + 3,08%	Dólar	Juros: semestrais até 2016	143	246	
				Principal: semestral até 2016	16.093	16.882	
	(l)	LIBOR + 2,50%	Dólar	Juros: semestrais até 2016	99	179	
				Principal: 03/04/2016	10.217	9.379	
	(m)	SIFMA	Dólar	Juros: mensais até 2030	4	3	5
				Principal: 2030	18.225	16.422	14.821
	(n)	LIBOR + 1,50%	Dólar	Juros: semestrais até 2020	489	513	378
				Principal: semestral até 2020	86.333	89.876	67.116
	(o)	LIBOR + 1,20%	Dólar	Juros: semestrais até 2022	500	91	
				Principal: semestral até 2022	61.828	13.088	
	(p)	LIBOR + 2,85%	Dólar	Juros: semestrais até 2017	636		
				Principal: 29/06/2017	40.277		
	(q)	LIBOR + 3,05%	Dólar	Juros: semestrais até 2014	141		
				Principal: 21/08/2014	10.217		
	(r)	LIBOR + 2,15%	Dólar	Juros e principal: 15/09/2011			66
							8.331
Total controladas					362.539	216.494	147.899
Total consolidado					535.707	422.007	493.051
Parcela no circulante (consolidado)					112.361	73.572	262.207
Parcela no passivo não circulante (consolidado)					423.346	348.435	230.844
					535.707	422.007	493.051

f) O montante de R$ 11.770 refere-se ao contrato de financiamento entre a Isofilme e o banco alemão Kreditanstalt fur Wiederaufbau (kfw), firmado em 27 de julho de 2005, destinado à compra de máquina para a produção de tecido nãotecido ("*nonwoven*"), com taxa de juros equivalente à variação LIBOR + 0,85% ao ano, com pagamento de principal e juros semestrais até 2016.
g) O montante de R$ 73.701 refere-se às parcelas liberadas, do total de US$ 37,5 milhões, contratados pela Isofilme junto ao Banco HSBC, garantidos pela agência alemã Euler Hermes Kreditversicherungs AG. Tais recursos foram destinados ao financiamento da máquina instalada em Pouso Alegre, Minas Gerais. A taxa de juros contratada é a variação da LIBOR + 1,25% ao ano, com pagamento de principal e juros semestrais.
h) O montante de R$ 10.384 refere-se ao contrato de financiamento entre a Providencia USA Inc. e o Banco HSBC, firmado em 19 de setembro de 2008 e destinado à aquisição das máquinas nos Estados Unidos.
i) Em 16 de novembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2010, foram contratadas junto ao Banco HSBC, operações no total de US$ 10,1 milhões para financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento dessas operações ocorrerá em 24 de abril de 2015 e 25 de novembro de 2015, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,45% ao ano, em média.
j) Em 5 de março de 2012, foi contratada junto ao banco HSBC uma operação de US$ 2,5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 26 de agosto de 2014, com pagamento de principal e juros semestrais pela variação da LIBOR + 3,91% ao ano.
k) Em 4 de março de 2011 e em 07 de julho de 2011, foram contratadas junto ao Banco Itaú, operações no total de US$ 9 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento dessas operações é para 04 de março de 2016 e 10 de junho de 2016, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 3,08% ao ano, em média.
l) Em 13 de abril de 2011, foi contratada junto ao Banco do Brasil, uma operação de US$ 5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 03 de abril de 2016, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,5% ao ano.
m) Em 12 de maio de 2010, houve a captação de US$ 9,1 milhões para financiamento das edificações da planta nos Estados Unidos. A operação, denominada *Recovery Zone Facility Bonds*, consiste na emissão de títulos públicos americanos, do condado de *Iredell*, administrada por um agente (*Wells Fargo Bank*), e garantida pelo Banco HSBC, cuja remuneração é calculada semanalmente e paga mensalmente de acordo com a taxa SIFMA (*Securities Industry and Financial Markets Association*). A taxa SIFMA em 31 de dezembro de 2012 foi de 0,25% ao ano.
n) O montante de R$ 86.822 refere-se às parcelas liberadas, do total de US$ 51,8 milhões, contratados em 12 de fevereiro de 2010 entre a Providencia USA Inc. e o Banco HSBC, garantidos pela agência alemã *Euler Hermes Kreditversicherungs AG*. Tais recursos foram destinados ao financiamento da máquina instalada nos Estados Unidos. A taxa de juros contratada é a variação da LIBOR + 1,5% ao ano, com pagamento de principal e juros semestrais.
o) O montante de R$ 62.328 refere-se à parcela liberada, do total de US$ 37,5 milhões, contratados em 08 de agosto de 2011 entre a Providencia USA Inc. e o Banco HSBC, garantidos pela agência alemã Euler Hermes Kreditversicherungs AG. Tais recursos serão destinados ao financiamento da máquina a ser instalada nos Estados Unidos e estão sendo liberados de acordo com os embarques da máquina e seus componentes. A taxa de juros contratada é a variação da LIBOR + 1,20% ao ano, com pagamento de principal e juros semestrais.
p) Em 25 de julho de 2012, foi contratada junto ao Banco do Brasil, uma operação de US$ 20 milhões para o financiamento de máquinas e edificações da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 29 de junho de 2017, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,85% ao ano.
q) Em 16 de agosto de 2012, foi contratada junto ao Banco Bradesco, uma operação de US$ 5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 21 de agosto de 2014, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 3,05% ao ano.
r) Em 15 de setembro de 2010, foi contratada junto ao Banco Bradesco, uma operação de US$ 5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos, com taxa de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,15% ao ano. Essa operação foi liquidada em 15 de setembro de 2011.
Composição por ano de vencimento da parcela no passivo não circulante:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011
2013		72.247	91.204		105.126	111.205
2014	19.453	17.764	11.872	73.152	44.581	34.407
2015	19.453	17.764		60.534	43.550	14.205
2016	19.453	17.764		61.676	44.681	71.027
De 2017 até 2030	38.369	35.544		227.984	110.497	
	96.728	161.083	103.076	423.346	348.435	230.844

Todas as captações destinadas ao financiamento da planta nos Estados Unidos são garantidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2012, os avais garantem os R$ 277.068 de endividamento da Providencia USA Inc. Além disso, a Companhia possui junto ao Banco HSBC uma carta fiança internacional, visando garantir os US$ 9,1 milhões relativos à captação do Recovery Zone Facility Bond.
As captações destinadas ao financiamento exclusivo das máquinas possuem penhor mercantil das próprias máquinas pelos saldos remanescentes do financiamento. Em 31 de dezembro de 2012, esse montante representa R$ 234.621, dos quais R$ 149.150 referem-se à máquina da planta nos Estados Unidos e R$ 85.471 referem-se à máquina da Isofilme, acrescido de carta fiança bancária no valor de R$ 17.999.
Os empréstimos nacionais não possuem garantias.
Abreviaturas:
CDI - Certificado de Depósito Interbancário
LIBOR - *London Interbank Offered Rate* (Taxa Interbancária de Londres)
SIFMA - *Securities Industry and Financial Markets Association* (Associação dos Mercados Financeiros e Valores Mobiliários)
Linhas de crédito:
A Companhia e suas controladas possuem uma linha de crédito pré-aprovada junto ao Banco HSBC no montante total de US$ 41,2 milhões visando o financiamento da nova máquina que está sendo adquirida e instalada nos Estados Unidos. Esses recursos serão disponibilizados de acordo com o andamento do projeto de construção dessa máquina. A taxa de juros a ser contratada será de LIBOR + 1,20% ao ano. Os contratos serão garantidos pela agência alemã Euler Hermes Kreditversicherungs AG.
Ainda com o objetivo de financiar as obras e instalações e o capital de giro das novas plantas, a Companhia e suas controladas abriram linhas de crédito no montante de US$ 40,9 milhões junto a diversas instituições financeiras, cujas taxas variam de LIBOR + 3,00% até LIBOR + 4,94% ao ano. Esses recursos serão disponibilizados na medida em que identificada a necessidade de suprimento do caixa das plantas que estão recebendo os investimentos.
Os valores contábeis dos empréstimos, financiamentos em comparação com os seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

	Controladora					
	Valor contábil			Valor justo		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011
Empréstimos	173.168	205.513	345.152	182.110	208.051	341.064
	173.168	205.513	345.152	182.110	208.051	341.064

	Consolidado					
	Valor contábil			Valor justo		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011
Empréstimos	535.507	422.007	493.051	593.201	418.294	474.705
	535.507	422.007	493.051	593.201	418.294	474.705

A controlada Providencia USA Inc. possui três operações junto ao banco HSBC (nota 16(h)), no montante total de USS 10,1 milhões, os quais possuem cláusula restritiva (*debt covenant*) de dívida líquida/EBITDA, cujos indicadores estão sendo cumpridos.

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011		1º de janeiro de 2011	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Controladora						
ICMS	292	218	597	500	534	812
PIS	121		8		19	
COFINS	542		22		73	
IRRF	350		382		308	
Contribuição previdenciária sobre a receita bruta a recolher	202					
Demais obrigações tributárias	375		382		413	
	1.882	218	1.391	500	1.347	812
Controladas						
ICMS	180		63		122	
PIS					79	
COFINS					363	
IRRF	228		145		171	
IRPJ e CSLL	614		67		52	
Contribuição previdenciária sobre a receita bruta a recolher	113					
Imposto sobre propriedade - Statesville	1.395					
Demais obrigações tributárias	48		45		28	
	2.578		320		815	
Consolidado	4.460	218	1.711	500	2.162	812

18. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal.
O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos montantes efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos, sendo que somente são provisionados os valores relativos aos processos com risco de perda provável.
O quadro a seguir apresenta a posição das provisões para perdas prováveis e depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2012:

	Controladora					
	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011		1º de janeiro de 2011	
	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos
Trabalhista	765	22	641	39	957	75
Cível	25		35		61	
Total	790	22	676	39	1.018	75
Circulante	225		379		495	
Não circulante	565	22	297	39	523	75

	Controladora					
	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011		1º de janeiro de 2011	
	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos
Trabalhista	977	23	718	44	1.179	87
Cível	25		35		61	
Fiscal		33				
Total	1.002	56	753	44	1.240	87
Circulante	427		456		717	
Não circulante	575	56	297	44	523	87

A movimentação das provisões no período findo em 31 de dezembro de 2012 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2011	1.018	1.240
Adições	1.227	1.247
Baixas	(1.569)	(1.734)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	676	753
Adições	914	1.291
Baixas	(800)	(1.042)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	790	1.002

(a) Processos de natureza trabalhista
Em geral, os processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicional de insalubridade e/ou periculosidade, equiparação salarial, férias, dano moral decorrente de ações acidentárias, doença profissional, responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços, entre outros.
(b) Processos de natureza cível
Em geral, os processos de natureza cível envolvem questões usuais e inerentes à nossa atividade empresarial e referem-se, sobretudo, a ações indenizatórias, cobranças de créditos, questões relativas à declaração de inexigibilidade de título executivo e sustação de protesto.
(c) Processos de natureza fiscal
Em 31 de dezembro de 2012, a controlada Isofilme figura como parte em um processo judicial referente ICMS sobre energia elétrica disponibilizada e não utilizada.
(d) Ações possíveis não provisionadas
A Companhia possui ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, de acordo com a avaliação jurídica, para os quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Trabalhistas	852	1.175	874	1.250
Cíveis	3.024	3.046	3.054	3.076
	3.876	4.221	3.928	4.326

(e) Antigos controladores
Em 31 de dezembro de 2012, os montantes relativos a processos de responsabilidade dos antigos controladores somam R$ 2.442 na Controladora e no Consolidado (R$ 2.622 em 2011).

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS PASSIVOS

O montante registrado a título de Impostos diferidos passivos é reconhecido para fazer frente à realização das diferenças temporárias e estão apresentados de forma líquida, conforme previsto no CPC 32. A composição é feita da seguinte forma:

			Consolidado
Passivo	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011
Imposto de Renda (IR)			
Diferido sobre efeitos Lei 11.638 e Lei 11.941	37.785	30.406	18.624
Custo atribuído ao ativo imobilizado	2.853	3.009	3.162
	40.638	33.415	21.786
Alíquota de IR	25%	25%	25%
Total de débito de imposto de renda	10.160	8.354	5.446
Contribuição social			
Diferido sobre efeitos Lei 11.638 e Lei 11.941	37.785	30.406	18.624
Custo atribuído ao ativo imobilizado	2.853	3.009	3.162
	40.638	33.415	21.786
Alíquota de CS	9%	9%	9%
Total de débito contribuição social	3.657	3.007	1.961
Total de imposto de renda e contribuição social diferido passivo líquido	13.817	11.361	7.407

As diferenças temporárias que dão origem ao IR e CS diferido passivo referem-se, substancialmente, à amortização fiscal do ágio gerado na aquisição da controlada Isofilme.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social
Em 31 de dezembro de 2012, o capital social de R$ 409.003 está representado por 80.041.132 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas conforme quadro a seguir:

Acionistas Controladores e ligados aos Controladores		
FIP ASAS	13.952.203	17,4%
FIP GG (Gov. e Gestão Investimentos Ltda.)	10.074.423	12,6%
FIP Bssf II	9.417.737	11,8%
FIP Brasil Equity II	6.278.492	7,8%
Banco Espírito Santo S.A.	5.861.269	7,3%
Boreal Fundo de Investimentos em Participações*	4.651.081	5,8%
Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco S.A.	1.953.757	2,4%
Fundo de Investimentos em Partic. C.A.	1.162.683	1,5%
Fip Ggpar (Gov. e Gestão Investimentos Ltda.)	970.724	1,2%
Boreal Ações III Fia*	2.690.700	3,4%
Total Acionistas Controladores e ligados aos Controladores	57.013.069	71,2%
Administradores		
Diretoria	33.509	0,0%
Conselho de Administração	4.006	0,0%
Conselho Fiscal	4.000	0,0%
Total Administradores	41.515	0,1%
Ações em circulação (*free float*)		
DVG1 Fundo de Investimento em Ações **	4.040.000	5,0%
Outros	18.797.448	23,5%
Total Ações em circulação (*free float*)	22.837.448	28,5%
Ações em tesouraria	149.100	0,2%
Total Ações em tesouraria	149.100	0,2%
Total Ações	80.041.132	100,0%

* Acionistas ligados ao Boreal Fundo de Investimentos em Participações
** DVG1 Fundo de Investimento em Ações, com representação igual ou superior a 5% do capital social da Companhia.

Conforme o Estatuto Social da Companhia, a mesma está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 4.050.000 (quatro milhões e cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária.
b) Opções de compra de ações
De acordo com o Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração e conforme as Diretrizes para a Estruturação de Plano de Opção de Compra de Ações aprovadas em Assembleia Geral de 11 de maio de 2007 e 10 de setembro de 2010, a Companhia pode outorgar opção de compra ou subscrição de novas ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de executivos e empregados de alto nível da Companhia e de suas controladas.
As diretrizes para conceder opção de compra de ações são administradas pelo Conselho de Administração, que pode outorgar opção de compra de ações às pessoas indicadas. A opção de compra de ações a ser oferecida nos termos dessas Diretrizes representará, a qualquer momento, até 3% do total de ações de emissão da Companhia. Os termos e condições, inclusive o preço por ação, dos planos de opção de compra das ações são definidos pelo Conselho de Administração no momento da outorga ou concessão. Os acionistas, nos termos do que dispõe o art. 171, § 3°, da Lei das Sociedades por Ações, não terão preferência no período da opção de compra de ações.
Em 5 de julho de 2007, o Conselho de Administração aprovou um plano de opção de compra de ações, por meio do qual foram concedidas opções de compra de 827.244 ações de emissão da Companhia, correspondentes a aproximadamente 0,9% do capital social, ao preço de R$ 8,40 por ação. O plano apresentou carência de um ano para o período das opções. Após esse período, cada beneficiário pode exercer sua opção de aquisição de lotes de até 1/3 (um terço) das ações objeto dos planos em cada uma das seguintes datas: 26 de julho de 2008, 26 de julho de 2009, 26 de julho de 2010.
Em 11 de agosto de 2009, o Conselho de Administração aprovou a prorrogação por mais 1 ano, ou seja, até 26 de julho de 2011, para que os beneficiários do Plano pudessem exercer a sua opção de compra de ações objeto desse Plano.
Dessa forma, o prazo para cada beneficiário exercer sua opção de aquisição das ações objeto dos planos venceu em 26 de julho de 2011. Mesmo com a prorrogação do prazo o efeito do valor justo na data da outorga é irrelevante.
As premissas utilizadas para o cálculo, na data da outorga, foram as seguintes:

Taxa de juros livre de risco	10,78% a.a.
Prazo total em anos	3
Volatilidade anual esperada	15,09% a.a.
Valor justo da opção na data da outorga	R$ 1,60

O valor justo do programa de 2007 foi estimado com base no modelo de precificação Garman-Kohlhagen, devido ao objeto da opção gerar uma renda (dividendos) e o preço do período não ser corrigido.
Devido a Companhia não ser uma empresa de capital aberto na data da outorga, sem histórico de volatilidade da ação, foi utilizada a volatilidade histórica de empresa do mesmo segmento.
O referido plano prescreveu em 26 de julho de 2011, sendo que as opções não foram exercidas por nenhum dos beneficiários. Assim, a reserva constituída no patrimônio líquido no montante de R$ 1.324 mil foi revertida contra lucros acumulados.
Atualmente estão vigentes dois novos planos de opção de compra de ações. Os planos possuem três períodos de carência para o exercício das opções: Após o decurso de 12 meses, o participante passa a ter o direito de adquirir 20% das ações objeto da opção; após o decurso de 24 meses, o participante passa a ter direito de adquirir mais 30% das ações objeto da opção; e, após o decurso de 36 meses o participante passa a ter direito de adquirir os outros 50% das ações objeto da opção. O prazo total de prescrição do plano é de 7 (sete) anos.
O reconhecimento nas demonstrações financeiras começa a ser feito a partir do mês em que os beneficiários assinam os contratos individuais. A condição para exercer o direito é a permanência na Companhia. Até 31 de dezembro de 2012 não houve movimentação na quantidade de opções de ações inicialmente outorgadas.
O quadro abaixo demonstra os detalhes dos planos vigentes:

Data da aprovação	Quantidade de ações	Preço de exercício	Data de vencimento	Valor Justo	% do Capital Social
30/05/2011	829.000	6,10	30/05/2018	1.510	1,04%
25/05/2012	460.000	6,35	25/05/2019	711	0,58%

As premissas utilizadas para o cálculo, na data da outorga, foram as seguintes:

Data da aprovação	Quantidade de ações	Taxa de juros anual livre de risco	Prazo total em anos	Volatilidade anual esperada	Valor justo da opção na data da outorga
30/05/2011	829.000	12,15%	3	52,86%	1,82
25/05/2012	460.000	8,79%	3	48,56%	1,57

Caso as opções de compra de ações sejam integralmente exercidas pelos seus titulares, os atuais acionistas da Companhia sofrerão uma diluição de participação de 1,58%. Tal diluição foi calculada com base na razão entre (i) o número total de ações objeto dos planos de opção de compra de ações vigentes, e (ii) o número total de ações de emissão da Companhia em 31 de dezembro de 2012, acrescido do número total de ações objeto dos planos de opção de compra de ações, ou seja:
"Diluição em 31/12/2012" = 1.289.000/(80.041.132 + 1.289.000) x 100 = 1,58%

Movimentação das opções	2012	2011
Quantidade inicial	829.000	827.244
Opções outorgadas		829.000
Opções não exercidas		(827.244)
Opções outorgadas	460.000	
Quantidade final	1.289.000	829.000
Preços de exercício - plano aprovado em 05/07/2007	8,40	8,40
Preços de exercício - plano aprovado em 30/05/2011	6,10	6,10
Preços de exercício - plano aprovado em 25/05/2012	6,35	
Data de vencimento - plano aprovado em 05/07/2007	26/07/2011	26/07/2011
Data de vencimento - plano aprovado em 30/05/2011	30/05/2018	30/05/2018
Data de vencimento - plano aprovado em 25/05/2012	25/05/2019	

(c) Reservas de capital
O saldo de reserva de capital de R$ 11.878 em 31 de dezembro de 2012 (R$ 11.064 em 2011) é composto pela reserva de ágio na emissão de ações, no montante de R$ 10.703 (R$ 10.703 em 31 de dezembro 2011), e pela reserva especial para fazer frente aos compromissos do novo plano de opções de compra de ações, de acordo com a nota 20 (b), cujo saldo totaliza R$ 1.175 em 31 de dezembro de 2012 (R$ 361 em 31 de dezembro 2011).
(d) Ações em tesouraria

Movimentação ações em tesouraria	Valor	Quantidade
Saldo em 01 de janeiro de 2011	6.701	2.442.000
Cancelamento de ações	(6.701)	(2.442.000)
Recompra ações referentes ao 3º programa	813	149.100
Saldo em 31 de dezembro de 2011	813	149.100
Saldo em 31 de dezembro de 2012	813	149.100

Em reunião realizada em 6 de setembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia Providência aprovou o cancelamento das 2.442.000 (dois milhões e quatrocentos e quarenta e duas mil) ações detidas em Tesouraria, e consequente alteração na divisão do Capital Social da Companhia, que passou a ser representado por 80.041.132 (oitenta milhões, quarenta e uma mil, cento e trinta e duas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.
Em 26 de setembro de 2011, a Companhia iniciou seu 3º Programa de Recompra de Ações de própria emissão, o qual se encerrou em 25 de setembro de 2012. Até 31 de dezembro de 2012 a Companhia recomprou 149.100 ações, pelo montante de R$ 813.
(e) Reservas de lucros

	Controladora e consolidado		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	1º de janeiro de 2011
Reserva legal	9.740	7.486	6.013
Reserva para futuros investimentos	68.518	68.518	68.518
Reserva para dividendos adicionais propostos	33.789	25.430	21.755
Total	112.047	101.434	96.286

A reserva legal é constituída com 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação até o limite de 20% do capital.
(f) Dividendos
Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, considerando, principalmente os ajustes das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal.
Os dividendos foram calculados conforme segue:

a) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios:	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Lucro líquido do exercício	45.071	29.451
Reserva legal (5%)	(2.254)	(1.473)
Base para o cálculo dos dividendos mínimos	42.817	27.978
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	10.704	6.995

Notas Explicativas da Administração às Informações Financeiras em 31 de Dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
b) Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	45.071	29.451
Reserva legal (5%)	(2.254)	(1.473)
Reversão reserva de capital (Opção de ações)		1.324
Realização do custo atribuído	10.245	10.246
Base de cálculo ajustada	**53.062**	**39.548**
(-) Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	10.704	6.995
(=) Dividendo adicional proposto	42.358	32.553
	53.062	39.548
Dividendos antecipados pagos (R$ 0,24 por ação em 2012 e R$ 0,18 em 2011)	(19.273)	(14.118)
Dividendo adicional proposto (patrimônio líquido)	33.789	25.430
Dividendos por ação	R$ 0,42	R$ 0,32
Dividendo total (antecipado + proposto)		
Dividendos por ação	R$ 0,66	R$ 0,50

Após a destinação da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, por proposta do Conselho de Administração a ser aprovada em Assembleia Geral Ordinária, foram destinados os saldos remanescentes dos lucros acumulados em 31 de dezembro de 2012 para a Reserva de dividendos adicionais propostos.
Em relação à política de dividendos, a Companhia manterá a mesma prevista no seu estatuto social.

(g) Lucro por ação básico e diluído

Os resultados por ação básico e diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no período, conforme detalhado no quadro abaixo. Não houve movimentação na quantidade de ações emitidas, e o cálculo da quantidade de ações dilutivas efetuado pela Companhia não apresentou resultado relevante a ponto de alterar o lucro por ação. Desta forma, o lucro diluído por ação apresentou diferença irrelevante para divulgação, ou seja, o lucro diluído por ação foi praticamente igual ao lucro básico por ação:

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Resultado do período	45.071	29.451
Quantidade de ações	79.892	79.892
Lucro por ação	0,56	0,37

(h) Ajustes de avaliação patrimonial

Os movimentos do período referem-se a:
(a) Custo atribuído aos bens do ativo imobilizado: Realização da depreciação líquida de imposto de renda, no valor de R$ 10.245 no período findo em 31 de dezembro de 2012;
(b) Ajustes acumulados de conversão: Variação cambial do investimento na controlada Providencia USA Inc. (negativo), no valor de R$ 490.

21. RECEITA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Vendas brutas de produtos	518.183	488.639	702.610	616.818
Devoluções de vendas	(14.387)	(21.941)	(19.504)	(23.019)
Impostos sobre vendas	(62.688)	(57.990)	(74.472)	(67.185)
Receita líquida	441.108	408.708	608.634	526.614

22. DESPESAS POR NATUREZA E CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Custos variáveis e gastos gerais de fabricação	(304.597)	(282.229)	(423.055)	(365.182)
Despesas com vendas				
Logística	(25.672)	(31.925)	(29.670)	(34.947)
Comissões	(2.087)	(2.412)	(2.119)	(2.432)
Outras	(2.360)	(2.031)	(2.807)	(2.762)
Total despesas com vendas	(30.119)	(36.368)	(34.596)	(40.141)
Despesas administrativas				
Pessoal	(16.009)	(22.036)	(23.589)	(29.009)
Administradores	(6.700)	(5.983)	(6.700)	(5.983)
Despesa de benefícios a empregados	(7.009)	(7.915)	(9.195)	(9.245)
Despesa com *utilities*	(791)	(748)	(1.247)	(1.099)
Serviços prestados	(6.226)	(9.890)	(7.110)	(10.822)
Despesas de viagem	(1.829)	(1.735)	(2.282)	(2.004)
Impostos e taxas	(410)	(1.362)	(892)	(1.647)
Encargos de depreciação e amortização	(4.064)	(1.751)	(6.575)	(2.297)
Outras despesas	(2.105)	(2.467)	(4.444)	(4.488)
Total despesas administrativas	(45.143)	(53.887)	(62.034)	(66.594)
Outras receitas				
Receita de aluguel	939	1.336	939	1.361
Reversão de provisões e recuperação de despesas	(17)	880	(27)	1.121
Outras	(833)	95	(833)	95
Total outras receitas	89	2.311	79	2.577
Total	(379.770)	(370.173)	(519.606)	(469.340)

23. DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

(a) Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Juros	2.316	1.086	1.635	1.204
Variação cambial	38.531	36.176	48.768	38.193
Receitas com operações de derivativos	7.691	910	7.691	910
Rendimentos de aplicações financeiras	5.785	23.003	5.938	24.223
Ajuste a valor presente de recebíveis	(3)	(44)	44	(7)
Outros	44	63	67	104
	54.364	61.194	64.143	64.627

As variações nas receitas financeiras observadas no período findo em 31 de dezembro de 2012, comparativamente ao mesmo período de 2011, se devem, principalmente, ao efeito da variação cambial sobre os ativos expostos em moeda estrangeira e a redução nos rendimentos das aplicações financeiras em função da redução dos montantes aplicados.
As receitas com operações de derivativos referem-se aos resultados com as operações de *Swap*, Contratos de câmbio a termo e Contratos de opções de dólar.

(b) Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Juros	(15.459)	(29.895)	(21.828)	(33.120)
Variação cambial	(36.692)	(31.953)	(52.472)	(38.504)
Despesas com operação de derivativos	(8.205)	(4.167)	(8.205)	(4.167)
Outros	(1.286)	(2.025)	(2.071)	(2.898)
	(61.642)	(68.040)	(84.576)	(78.689)

As variações nas despesas financeiras observadas no período findo em 31 de dezembro de 2012, comparativamente ao mesmo período de 2011, referem-se, principalmente, ao efeito da variação cambial sobre os passivos expostos em moeda estrangeira e a redução nos juros sobre os empréstimos através da troca de posições a taxas menores.
As despesas com operações de derivativos referem-se aos resultados com as operações de *Swap*, Contratos de câmbio a termo e Contratos de opções de dólar.

24. DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Conciliação da alíquota efetiva dos tributos

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes dos tributos	63.639	40.967	68.595	43.212
Alíquota nominal dos tributos (IR e CS)	34%	34%	34%	34%
Despesa de IR e CS à alíquota básica	(21.637)	(13.929)	(23.322)	(14.692)
Efeito tributário de (adições) exclusões:				
Resultado de investimentos em controladas	3.257	3.175		
Itens permanentes, líquidos	(188)	(742)	(202)	931
Valor lançado ao resultado	(18.568)	(11.516)	(23.524)	(13.761)
Corrente			(2.399)	(1.711)
Diferido	(18.568)	(11.516)	(21.125)	(12.050)
Valor lançado ao resultado	(18.568)	(11.516)	(23.524)	(13.761)

(b) Demonstrativo da movimentação do IR e CS, líquido em 31 de dezembro de 2012

					Controladora
	1º de janeiro de 2011	Movimento	31 de dezembro de 2011	Movimento	31 de dezembro de 2012
Prejuízo fiscal e base negativa CS acumulados	175.893	20.701	196.594	4.067	200.661
1) Efeito sobre IR e CS diferido ativo	59.804	7.038	66.842	1.382	68.224
Diferenças temporárias sujeitas à alíquota nominal de 34%:					
Adições temporárias	5.453	540	5.993	(3.098)	2.895
Depreciação	(33.131)	(13.472)	(46.603)	(14.313)	(60.916)
Outras	4.314	(1.558)	2.756	(807)	1.949
Diferenças temporárias sujeitas à alíquota nominal de 9%:					
Provisões	1.423		1.423		1.423
2) Efeito sobre IR e CS diferido ativo	(7.815)	(4.864)	(12.679)	(6.257)	(18.936)
IRPJ Diferido - ágio	83.455	(13.908)	69.547	(13.910)	55.637
CSLL Diferido - ágio	30.044	(5.007)	25.037	(5.008)	20.029
IRPJ Diferido - custo atribuído	(66.987)	3.842	(63.145)	3.842	(59.303)
CSLL Diferido - custo atribuído	(24.115)	1.383	(22.732)	1.383	(21.349)
3) Diferenças permanentes	22.397	(13.690)	8.707	(13.693)	(4.986)
Total do efeito de IR e CS diferido ativo (1+2+3)	74.386	(11.516)	62.870	(18.568)	44.302
Total do efeito de IR e CS no resultado		(11.516)		(18.568)	

					Consolidado
	1º de janeiro de 2011	Movimento	31 de dezembro de 2011	Movimento	31 de dezembro de 2012
Prejuízo fiscal e base negativa CS acumulados	181.909	18.443	200.352	955	201.307
Prejuízo fiscal EUA		8.900	8.900	690	9.590
1) Efeito sobre IR e CS diferido ativo	61.849	9.742	71.591	594	72.185
Diferenças temporárias sujeitas à alíquota nominal de 34%:					
Adições temporárias	6.802	4.440	11.242	6.306	17.548
Depreciação	(43.283)	(18.901)	(62.184)	(20.213)	(82.397)
Outras	7.103	4.161	11.264	(1.701)	9.563
Diferenças temporárias sujeitas à alíquota nominal de 9%:					
Provisões	1.423		1.423		1.423
2) Efeito sobre IR e CS diferido ativo	(9.860)	(3.502)	(13.362)	(5.308)	(18.670)
IRPJ Diferido - ágio	83.455	(13.908)	69.547	(13.910)	55.637
CSLL Diferido - ágio	30.044	(5.007)	25.037	(5.008)	20.029
IRPJ Diferido - custo atribuído	(66.987)	3.842	(63.145)	3.842	(59.303)
CSLL Diferido - custo atribuído	(24.115)	1.383	(22.732)	1.383	(21.349)
3) Diferenças permanentes	22.397	(13.690)	8.707	(13.693)	(4.986)
Total do efeito de IR e CS diferido ativo (1+2+3)	74.386	(7.450)	66.936	(18.407)	48.529
IRPJ e CSLL devidos		(1.711)		(2.399)	
Diferenças temporárias e permanentes controladas (Passivo)		(4.600)		(2.718)	
Total do efeito de IR e CS no resultado		(13.761)		(23.524)	

25. PLANO DE PREVIDÊNCIA

Em dezembro de 2009, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida, denominado ProvidenciaPrev, cujas contribuições são feitas mensalmente de forma voluntária pelos participantes e, também, pela Companhia de acordo com faixas salariais, divididos em dois grupos, levando em consideração o valor de contribuição máximo exigido pela Previdência Social.
A Companhia como patrocinadora não assume responsabilidade financeira pelo custo dos serviços passados.
No primeiro grupo participam todos os empregados com salário nominal acima do teto máximo da tabela da Previdência Social, onde a Companhia efetua contribuições básicas em nome do participante no valor de 100% da contribuição básica do mesmo, a título de contrapartida de suas contribuições.
O segundo grupo é formado pelos demais empregados onde a contribuição da Companhia ocorrerá na data da elegibilidade ao benefício, equivalente a três vezes o salário do participante.
O montante das contribuições da Companhia e suas controladas efetuadas no período findo em 31 de dezembro de 2012 totalizou R$ 355 (R$ 460, comparativamente ao mesmo período de 2011), tendo sido reconhecido no resultado na rubrica gastos com pessoal.

26. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas, Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. e Providencia USA Inc. adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices são cotadas com diversas seguradoras, estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia e suas controladas realizam o gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar potenciais riscos e sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operações, sendo a cobertura de seguros consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.
Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas possuíam apólices de seguro contratadas para cobertura das seguintes modalidades e montantes:

	Importâncias seguradas	
Ramo	2012	2011
Patrimonial		
Riscos Nomeados e Operações e Lucros Cessantes	546.362	200.000
Responsabilidade Civil Geral		
Estabelecimentos Comerciais	197.593	37.440
Responsabilidade Civil		
D&O	20.000	17.000
Transporte Internacional		
Importação e Exportação	6.831	6.831
Riscos de Engenharia		150.000
Total	770.786	411.271

As coberturas de seguros são:
• Seguro patrimonial (unidades fabris) - garante indenização por danos elétricos, incêndio, lucros cessantes, quebra de máquinas, roubo/furto qualificado de bens e vendaval, furacão, ciclone, tornado, impacto de veículo terrestre e queda de aeronave. Agrega seguro de empilhadeiras e veículos que garante indenização por perdas e danos materiais sobre os referidos bens;
• Seguro de responsabilidade civil geral sobre produtos fabricados e operações internas, assim como empregador e riscos contingentes de veículos motorizados;
• Seguro de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores (D&O);
• Seguro de transporte - garante todos e quaisquer bens e/ou mercadorias/matéria-prima, inerentes ao ramo de atividade e transportados sob sua responsabilidade; e,
• Seguro garantia - garante, caso necessário a utilização, obrigações assumidas pela Companhia junto a diversos órgãos e entidades públicas e privadas no âmbito de adiantamento de pagamento, executante construtor, fornecedor ou prestador de serviço, licitante, perfeito funcionamento e retenção de pagamento.
Os acréscimos observados nas importâncias seguradas se referem basicamente à inclusão da nova máquina na planta de Pouso Alegre, Minas Gerais e também devido ao trabalho realizado pela Administração visando aumentar as importâncias seguradas sem acréscimo no valor do custo dos seguros.
A Companhia também contrata seguros específicos para atividades esporádicas. No ano de 2010 a Companhia contratou junto a diversas seguradoras, com vigência 2011/2012, Seguro de Risco de Engenharia destinado a cobrir possíveis sinistro de descarga e montagem de máquinas laminadora e impressoras adquiridas.

27. PARTES RELACIONADAS

(a) Controladora	2012	2011
Ativo		
Banco Espírito Santo S.A.		
Aplicações financeiras	7.036	6.676
Contrato de opção de dólar (Call-compra)		959
Isofilme Ind. e Com. Plásticos Ltda.		
Contrato de mútuo (a)	17.604	
Providencia USA Inc.		
Contrato de mútuo (b)		9.486
Contas a receber		1.224
	24.640	18.345
Passivo		
Banco Espírito Santo S.A.		
Swap de taxa de juros LIBOR6 flutuante x pré-fixada	82	384
	82	384

Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Receitas		Despesas	
	2012	2011	2012	2011
Juros sobre contratos de mútuo				
Companhia Providência Indústria e Comércio	1.103	103		
Providencia USA Inc.			409	103
Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.			694	
Variação cambial				
Companhia Providência Indústria e Comércio	1.694	857		
Providencia USA Inc.			1.694	857
Venda de produtos				
Companhia Providência Indústria e Comércio	1.224			
Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.	3.272			
Compra de produtos				
Companhia Providência Indústria e Comércio			291	
Providencia USA Inc.			4.205	
Aplicações financeiras e derivativos				
Banco Espírito Santo S.A.	399	3.004	16	610
	7.692	3.964	7.309	1.570

(a) Em 10 de janeiro, 13 e 22 de fevereiro de 2012, foram firmados contratos de mútuo no montante total de R$ 5.000 com a controlada Isofilme, com vencimentos para 10 de janeiro, 13 e 22 de fevereiro de 2013. A taxa de correção é de 102% do CDI;
Adicionalmente, em 10 de julho, 10, 16, 30 de agosto e 10 de setembro de 2012 foram firmados contratos de mútuo no montante total de R$ 9.550 com a controlada Isofilme, com vencimentos para 10 de julho, 10, 16, 30 de agosto e 10 de setembro de 2013. A taxa de correção é de 102% do CDI.
(b) Em 14 de setembro de 2011, foi firmado contrato de mútuo no valor de US$ 5.000 (R$ 9.486) com a Providencia USA Inc., com vencimento para 13 de setembro de 2012. A taxa de correção é de LIBOR + 3% a.a.;
Em 03 de abril e 15 de junho de 2012, foram firmados contratos de mútuo no valor US$ 5.000 (R$ 9.157) e US$ 3.000 (R$ 6.207), respectivamente, com a Providencia USA Inc., com vencimentos para 02 de abril e 14 de junho de 2013. A taxa de correção é de LIBOR + 3% a.a.;
Em 03, 27 de Julho e 31 de agosto de 2012 todos os contratos de mútuo com a Providencia USA Inc. foram liquidados.
(c) Remuneração global dos administradores
Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de março de 2012, foi aprovada a nova proposta de remuneração dos Administradores para o corrente exercício, no valor global e anual de até R$ 6.700, a qual será alocada entre seus membros de acordo com o artigo 10, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia.
Conforme divulgação requerida pelo CPC 5 - Divulgações sobre Partes Relacionadas, foram registradas, no período findo em 31 de dezembro de 2012, despesas com remuneração dos membros chaves da Administração conforme apresentado a seguir:

	2012	2011
Remuneração	6.700	5.622
Remuneração baseada em ações	814	361
	7.514	5.983

28. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA

Até 31 de dezembro de 2012 as controladas efetuaram captações de empréstimos no montante de R$ 96.408 (R$ 40.255 em 31 de dezembro de 2011), os quais foram utilizados para a compra de ativo imobilizado.
No terceiro trimestre de 2012 realizou-se receita de variação cambial sobre o processo de importação da nova máquina de Pouso Alegre/MG no montante de R$ 5.179.

29. COMPROMISSOS

A controlada Isofilme possui contrato de locação de imóvel para o qual tem o compromisso mensal de R$ 85.

Diretoria

Hermínio Vicente Smania de Freitas
Diretor Presidente

Eduardo Feldmann Costa
Diretor Financeiro e de RI

Daniel Svirski
Diretor Comercial

Romeo Bregant
Diretor de Engenharia e Tecnologia
Diretor de Operações

Luciano Zanlorenzi
Controller

Ademir Gomes de Campos
Contador CRC PR-045262/O-7

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da **COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO** após procederem à análise do estudo técnico de viabilidade da recuperação do ativo fiscal diferido, do relatório da administração e das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2012, à vista do parecer sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e de suas informações com respeito às adições ao imobilizado do exercício (Nota 14), bem como os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, opinam que estes documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.

São José dos Pinhais, 25 de fevereiro de 2013.

Clovis Edecio Müller
Presidente

Eduardo Santos de Andrade
Membro Efetivo

Jorge Michel Lepeltier
Membro Efetivo

Recomendação do Comitê de Auditoria

Recomendação ao Conselho de administração

O Comitê de Auditoria da Companhia Providência Indústria e Comércio, reunido em 25 de fevereiro de 2013, aprovou a seguinte declaração para o Conselho de Administração:
"O Comitê de Auditoria, com base nos trabalhos realizados ao longo do exercício de 2012 e nas apresentações e esclarecimentos que recebeu da administração da Companhia Providência Indústria e Comércio, entende que a empresa adota as melhores práticas contábeis e de controles internos, reconhecidos, inclusive, pela auditoria externa, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
Examinamos os resultados referentes ao exercício de 2012, à luz dos preceitos referidos, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração manifestação favorável sobre esses resultados, para que sejam posteriormente encaminhados à AGO - Assembléia Geral Ordinária para a devida aprovação."

Gustavo Miotti Ubrig
Membro Efetivo do Comitê de Auditoria

Maurício Gomes
Membro Efetivo do Comitê de Auditoria

Fabio Takyi Sekiguchi
Membro Efetivo do Comitê de Auditoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Providência Indústria e Comércio
São José dos Pinhais - PR

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Providência Indústria e Comércio ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Providência Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia Providência Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRS emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem do IFRSs aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRSs seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2012, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 2.2, que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2011. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar nenhum outro procedimento sobre as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia referentes ao exercício de 2011 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2011 tomadas em conjunto. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2011, antes dos ajustes acima mencionados, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria em 24 de fevereiro de 2012, sem nenhuma modificação.

Deloitte.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2013.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-PR

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº. 1 PR-050.422/O-3